



Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana



O Desporto em África

Para uma Geoestratégia do Desporto Angolano

Orientador: Professor Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires

Júri:

Presidente

Professor Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires

Vogais

Professora Doutora Maria Manuela Vasconcelos Hasse Almeida e Silva

Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço

Mestre Eduardo Augusto Pires Vilar Monteiro

Edgar António de Santana Pontes

2014

Resumo

O presente trabalho, numa perspetiva geoestratégica, aborda o desenvolvimento do desporto angolano no quadro das nações africanas. A situação do desporto angolano decorre das parcas estruturas provenientes do período colonial agravadas pelas dificuldades de uma prolongada guerra civil. O desporto é um instrumento de importância capital para a construção da nação angolana. A nossa perspectiva é continuarmos a insistir nesta via de estudo que através de uma análise geoestratégica do desporto angolano poderemos chamar a atenção para as autoridades competentes da necessidade que a par das demais políticas públicas o desporto também deve merecer um tratamento especial. Em conformidade, apresentamos um grande desígnio para o desporto angolano: a realização dos Jogos Olímpicos na cidade de Luanda. Ora a organização de uns Jogos Olímpicos é um projeto para mais de trinta anos. Um projeto deste tipo, e este é talvez o nosso maior contributo com o presente trabalho, orientaria as grandes decisões que, em matéria de políticas públicas, passariam a orientar o desporto angolano.

Palavras-chave:

Angola, desenvolvimento, geoestratégia, jogos olímpicos.

Summary

The present work, in a geostrategic perspective, discusses the development of Angola sport within the African nations. The Angolan sport situation derives from the meager structures from the colonial period aggravated by the difficulties of a protracted civil war. Sport is an instrument of vital importance for the construction of the Angolan nation. In accordance to our perspective is necessary to continue to pursue this route of study, because it's through an analysis of the geostrategic Angolan sport we can draw attention to the competent authorities of the need of public sport policies. In accordance, we propose to establish a “grand design” for the Angolan sport: the Olympic Games in the city of Luanda. The organization of the Olympic Games is a project for more than thirty years. A project of this type, and this is perhaps our greatest contribution to this work, could orient the major decisions in matters of public policy in sport development.

Keywords:

Angola, development, geostrategic, Olympics Games.

O Desporto em África

Para uma Geoestratégia do Desporto Angolano

Índice

Apresentação	3
1 Introdução.....	4
2 Desenvolvimento do Desporto	7
2.1 Economia Angolana	8
2.2 Os Diferentes Estágios da Economia:.....	9
2.3 Economia e Desenvolvimento	13
2.4 Ordenamento Institucional	14
3 Estratégia e Planeamento Estratégico	15
3.1 Artesanar a Estratégia.....	15
3.2 Deliberada & Emergente	16
3.3 Categorias.....	16
3.4 Os “Pês” da Estratégia.....	16
3.4.1 Plano	17
3.4.2 Truque.....	17
3.4.3 Posição	17
3.4.4 Perspectiva.....	17
3.4.5 Modelo.....	18
4 Nível Desportivo	18
4.1 Definir Desenvolvimento do Desporto	20
4.2 Elementos Desportivos.....	20
4.3 Elementos Para-Desportivos.....	21
4.4 Quadro Condicionante - Situação Africana	21
4.5 Levantamento da Situação Desportiva	23
4.6 Análise da Situação Desportiva.....	24
5 Situação do Desporto Angolano	26
5.1 Comité Olímpico Angolano.....	27
5.2 Participação nos JO dos Países Africanos	28
5.3 Performance dos Países Africanos nos JO.....	29
5.3.1 Países Africanos Sem Medalhas	31
5.3.2 Países Africanos de Referência.....	31
5.3.3 Ranking dos Países Africanos no Quadro das FI	33
5.3.4 Campeonato do Mundo de Atletismo: Moscovo 2013	35
6 Geoestratégia do Desporto Angolano	38
6.1 Potencialidades.....	39
6.2 Diplomacia	40
6.3 Cultura.....	40
6.4 Quadro das Nações Africanas.....	45
6.5 Um Grande Desígnio para o Desporto.....	47
6.6 Formação de Quadros.....	48
6.7 Formação de Técnicos Desportivos.....	49
6.8 Formação de Gestores de Desporto	49
6.9 Educação e Competição Desportiva	49
6.10 Movimento Olímpico	50
6.11 Organização de Eventos Desportivos	51
6.12 Instalações Desportivas (Projecto de Desenvolvimento).....	51
6.12.1 Projecção das Instalações por Modalidades Desportivas	52
6.12.2 Fases de Implementação do Programa de Instalações.....	52
7 Conclusões.....	53
Bibliografia.....	54

Apresentação

Este trabalho que agora se apresenta, é o resultado final do Mestrado em Gestão do Desporto, que frequentei na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, sendo um ponto alto no que diz respeito à minha vida, porque concilia a formação académica e actividade profissional. A este respeito não posso deixar de agradecer à Universidade Lusíada de Angola, a oportunidade para adquirir conhecimentos na área da gestão do desporto no exterior do país nomeadamente em Portugal.

Este trabalho decorre da linha de investigação que o Professor Gustavo Pires vem de há mais de vinte e cinco anos a desenvolver na Faculdade de Motricidade Humana. Tivemos a oportunidade de integrar a nossa pesquisa a nível da República de Angola no quadro teórico desenvolvido por Gustavo Pires, pelo que o presente estudo se alarga a mais um país africano de língua oficial portuguesa uma perspectiva de desenvolvimento do desporto que enquadra uma linguagem comum, metodologias próprias e desafios em relação a um futuro comum que pode e deve também ser construído através do desporto.

Optámos por fazer uma análise macro da situação desportiva através do enquadramento geoestratégico do desporto angolano. Para o efeito, tivemos uma ajuda prestimosa do Prof. Eduardo Monteiro pelo que não podemos deixar de expressar o nosso agradecimento.

1 Introdução

Quando não se sabe para onde se deseja ir, qualquer caminho serve. Quando, qualquer caminho serve, geralmente acaba-se por chegar a lado nenhum. Hoje, em Angola, existe uma forte consciência política de que desenvolvimento do desporto é uma questão fundamental para o desenvolvimento do país.

Por isso, o Ministério da Juventude e Desportos está perante enormes desafios. Depois de aprovada pelo Conselho de Ministros uma proposta de lei, que será submetida a Assembleia Nacional para aprovação, em que definirá as regras, competências, deveres, direitos de cada um dos intervenientes sabendo-se para onde se pretende ir, quer dizer quais as grandes opções do país em matéria de desporto, consignadas na referida Lei, é necessário conceber a forma como lá chegar. A este respeito a Lei do Desporto aprovada na Sessão, presidida pelo chefe do Executivo Angolano, refere que o diploma legal estabelece as bases gerais do sistema desportivo nacional, promove e orienta a organização da actividade desportiva, na perspectiva da sua massificação e melhoria do rendimento dos praticantes.

É comumente aceite em Angola, que é necessário definir uma estratégia de desenvolvimento, que dê uma orientação e critérios de acção às mais diversas organizações que intervêm no desporto.

Há que fazer justas opções em matéria de política desportiva e hoje em Angola os políticos, de uma maneira geral, e o Governo, em particular, começam a estar conscientes dessa necessidade. Há que encontrar a justa medida entre a massa e a elite de praticantes desportivos porque é a partir desta relação que, depois, devem ser desenvolvidos todos os factores de desenvolvimento do desporto.

O desporto em Angola, independentemente da débil organização das suas estruturas desportivas, é uma enorme dificuldade para o desenvolvimento de programas para a generalização da prática desportiva desde o ensino ao rendimento que acaba também por ter uma fraca prestação a nível internacional.

Após a independência nacional, o país viveu momentos de grandes transformações no contexto político e social que alteraram significativamente o modo de vida das populações. Com base numa centralização de todos os aspectos socioeconómicos, ao nível do Estado, as transformações ocorridas exerceram uma enorme influência em todos os sectores da sociedade, com reflexos também no desporto.

Com o presente trabalho pretende-se iniciar um processo conducente à obtenção de respostas referentes à problemática do desenvolvimento do desporto em Angola, no quadro de uma geoestratégia do desporto africano, com projecção a nível mundial.

Hoje o desporto, em Angola é um assunto de Estado que não deve ser descurado pelos responsáveis políticos dos países. E é um assunto de estado não só pela educação desportiva, não só pelas emoções de partilha e auto-estima das selecções nacionais bem como, enquanto instrumento dos governos sobretudo no domínio do “*soft power*”, enquanto estratégia de afirmação de um país no quadro das nações não pela força do poder mas pela autoridade do prestígio e das relações estabelecidas em torno de uma indústria do espectáculo e do entretenimento como é o desporto.

1. Para o efeito vamos, em primeiro lugar, começar por, a partir do quadro teórico proposto por Gustavo Pires,¹ desenvolver, do ponto de vista teórico, as grandes questões que se levantam ao desenvolvimento do desporto, em geral, e do desporto em Angola, em particular.
2. Em segundo lugar, tendo como limitação a deficiente informação existente, vamos fazer o levantamento e análise da situação desportiva no quadro do desporto africano.
3. Finalmente, em terceiro lugar, sugerimos um quadro teórico que enquadre uma visão prospectiva relativamente ao desporto angolano.

A problemática do conceito de situação desportiva decorre dos estudos realizados por Benito Castejon Paz, para o Conselho da Europa, intitulados “*La Rationalization des Choix en Matière de Politique Sportive*”, no ano de 1973. O conceito em causa começou, também, a ser desenvolvido no âmbito do Conselho Americano do Desporto Internacional (1978) através da obra “Directrizes Orientadoras de um Estudo Nacional sobre a Situação da Educação Física e do Desporto”. Em Portugal, esta questão começou a ser desenvolvida por Pires, G. (1989) a partir de finais dos anos setenta (ver: Boletim de Desportos da Direcção Geral do Desportos, nº 1 – V Série, 197).

Entretanto, existem dificuldades que é necessário desde já, considerar. Na realidade, para se apurar a situação desportiva são necessários dados, para que possam ser transformados em informação e consequentemente em conhecimento. Contudo, a tradição no mundo do desporto, para além dos resultados desportivos que se obtêm ao longo de cada época desportiva, não tem sido a de medir os aspetos administrativos que o caracterizam, tais como o número de praticantes por género, escalão etário, modalidade, nível competitivo, dirigentes, metros quadrados de instalações segundo as diversas categorias, investimentos realizados e outros elementos que, determinam a situação desportiva de um país. Ora bem, este problema ainda é mais gravoso num país como Angola, onde, por motivos de trinta anos de guerra civil, as estatísticas são inexistentes, ou escassas, e as que

¹ Pires, G. (2007). Agôn Gestão do Desporto. O Jogo de Zeus. Porto: Porto Editora.

existem não estão suficientemente organizadas. De facto, é difícil, senão impossível, conhecer com um relativo rigor, os mais diversos elementos desportivos relativos ao desporto angolano pela simples razão de que eles não existem. Não se conhece o número de praticantes, de dirigentes e de técnicos, de clubes, de federações, de instalações desportivas, de actividades e de quadros competitivos não só a nível nacional como provincial.

Apesar destas dificuldades, entendemos que é necessário dar início a um processo sistematizado, no que diz respeito ao levantamento e análise da situação desportiva do País. Deste modo, as questões que orientam o presente estudo são as seguintes:

1. Onde é que o desporto angolano se encontra?
2. Para onde é que deve ir?
3. Como é que pode lá chegar?

Embora estejamos perante uma enorme dificuldade, no que diz respeito à obtenção de dados estatísticos no domínio do desporto, com a presente monografia pretendemos equacionar a problemática do posicionamento geoestratégico do desporto angolano no quadro das nações, em geral, e das nações africanas, em particular.

Só respondendo, ainda que, provisoriamente, e a um nível de especificação necessariamente macro, a estas questões, a decisão política em matéria de gestão do desporto, naquilo que tem a ver com o planeamento, dos projectos que hão-de melhorar o nível desportivo do país pode ganhar significado.

O que se pretende com o presente trabalho é iniciar um processo em que o desporto, num sistema que se deseja “aprendente” (Senge Peter, 1994), em que são criadas as condições para que, de uma forma amplamente participada, todos os angolanos possam integrar no desenvolvimento do desporto no País.

Claro que este não é um projecto acabado. É, tão só, o primeiro momento de um processo que se inicia agora e só terminará quando Angola estiver em condições de se candidatar à realização dos Jogos Olímpicos. Então, dar-se-á entrada numa fase de maturidade em que o País surgirá aos olhos do mundo como uma potência africana de grande prestígio entre outros também no domínio do desporto.

Portanto, trata-se, antes de tudo, de um processo de mudança, que, necessariamente, levará muitos anos pelo que, quanto mais depressa se começar, mais depressa se vão atingir os objetivos desejados.

Assim sendo, a presente monografia será desenvolvida de acordo com os seguintes capítulos:

O Capítulo nº 2 trata do desenvolvimento tendo em vista a situação da economia angolana. No Capítulo nº 3 trata das questões relativas à estratégia e ao desenvolvimento. O Capítulo nº 4 trata das questões relativas ao conceito de nível desportivo. O Capítulo nº 5 trata das questões relativas à situação do desporto angolano em África. O Capítulo nº 6 trata das questões relativas à geoestratégia do desporto angolano. Finalmente, o Capítulo nº 7, apresenta as conclusões possíveis e formula um conjunto de teses relativamente ao futuro.

2 Desenvolvimento do Desporto

O Relatório das Nações Unidas (1997) define desenvolvimento Como *“the process of expanding people's choices and the level of well-being they achieve are at the core of the notion of human development. Such choices are neither finite nor static. But regardless of the level of development, the three essentials include the ability to lead a long and healthy life, to acquire knowledge, and to have access to the resources needed for a decent standard of living. Human development does not end there, however. People also highly value political, economic and social freedom, opportunities for being creative and productive, self-respect and guaranteed human rights. Income is a means, with human development the end.”* Trata-se, portanto, de melhorar as escolhas possíveis com vista ao bem-estar. Nesta perspectiva, a Organização de Unidade Africana (OUA) *“sponsORIZOU”* os primeiros Jogos Africanos, em 1965, tendo mesmo o desporto sido considerado pelos mais diversos países um instrumento de luta contra o *“apartheid”*. Angola organizou um dos seus maiores eventos desportivos de sempre que foram os IIº Jogos da África Central. Ruy Mingas, então secretário de Estado da Educação Física e Desportos, e Presidente em exercício da Zona 4 do Conselho Superior dos Desportos de África, que fez o discurso de abertura dos jogos, onde participaram, nas cidades de Luanda e Huambo, mais de 1.500 pessoas entre atletas e árbitros de 12 países que deram o seu melhor em várias modalidades em ambos os sexos como o futebol, andebol, basquetebol, atletismo, boxe, ciclismo, voleibol e judo. A organização dos jogos em Angola teve um grande envolvimento político, mas, também, o factor decisivo para dar a grande imagem de capacidade de organização, de voluntarismo e de envolvimento humano, junto de uma comunidade internacional ainda céptica em relação à jovem República Popular de Angola.

No contexto da *“Guerra-Fria”*, Angola estava a ser fortemente atacada pelas forças do Apartheid da África do Sul, e ao oitavo dia dos jogos, ocuparam a província do Cunene. Foi determinante o papel do Presidente José Eduardo dos Santos que deu todo o apoio à organização para que o País pudesse cumprir os compromissos assumidos perante o continente e o mundo. Na Cidadela Desportiva, colorida com os quadros humanos, o Presidente José Eduardo dos Santos

declarou abertos os jogos depois dos discursos do Professor Ruy Mingas, e do Comissário Provincial de Luanda, Evaristo Domingos “Kimba” e da atleta Filomena Maurício ter ateadado a tocha na pira situada num dos extremos do estádio. Aliás, o envolvimento dos países africanos no Movimento Olímpico foi, desde sempre, um enorme desejo de Pierre de Coubertin (1863-1937). Na realidade, no seu discurso de despedida de presidente do CIO em 1923, deixou como mensagem para o futuro a necessidade imperiosa da organização se envolver de uma forma empenhada, no desenvolvimento do desporto nos países africanos.

2.1 Economia Angolana

Angola é, presentemente, uma das economias mundiais com uma taxa de crescimento das mais altas, estando a sua evolução recente marcada por um forte aumento do PIB, por uma diminuição destacada da inflação e das taxas de juro, pelo incremento das reservas externas e por um crescimento acentuado das exportações.

Esta ascensão deve-se a diversos factores, como o fim do conflito interno que veio permitir a reorientação de importantes recursos humanos e financeiros para a reconstrução do País, que inclusivamente gerou um novo ambiente de confiança, que expressa notoriamente no aumento significativo do investimento. Similarmente, este crescimento deve-se ao aumento das receitas petrolíferas. O petróleo, desde a independência, é o recurso predominante da economia angolana, representando actualmente cerca de 92% das exportações, apesar das exportações de outros produtos, designadamente os diamantes, terem registado aumentos importantes.

O País é dotado de uma diversidade impressionante de recursos naturais, incluindo grandes reservas de petróleo e de outros minerais, condições climatéricas favoráveis e solos propícios à produção de inúmeros produtos agrícolas e à criação de gado, águas ricas em peixe e um enorme potencial hidroeléctrico. Se fossem devidamente explorados, estes recursos poderiam fazer de Angola um dos países mais prósperos de África, com indicadores sociais muito superiores aos da média deste continente, e não inferiores, como acontece actualmente.

Para além destes recursos minerais não renováveis, Angola possui inúmeros recursos naturais renováveis, sobretudo ao nível da agricultura e das pescas. Um vasto leque de zonas climáticas e tipos de solos possibilita o cultivo de inúmeras espécies agrícolas. A superfície total do País é de cerca de 1,25 Milhões de quilómetros quadrados, com cinco a oito milhões de hectares de terras aráveis que, em grande parte, ainda se encontram por cultivar. Em termos topográficos, Angola tem uma planície litoral que se ergue em escarpa até um planalto que ocupa cerca de quatro quintos do país. A Pluviosidade é mais elevada na escarpa e nas zonas mais altas e mais

ocidentais do planalto. Estas zonas longitudinais não entrecortadas por sucessivas faixas latitudinais que se prolongam desde as terras mais quentes e húmidas do Norte até ao Sul, de clima mais seco, sendo o litoral da província do Namibe um verdadeiro deserto.

O País possui florestas ricas em variadas espécies de madeira, a fauna bravia endémica. Parques e reservas naturais constituem não só um potencial económico bem como importantes pólos de atracção turística que se complementam com as praias ao longo das costas marinhas e lacustres angolanas. Estes recursos podem permitir o desenvolvimento do turismo histórico, cultural, científico e do desporto. Para além da pesca artesanal, desenvolveu-se também um importante sector de pesca industrial nos portos de Benguela, Namibe e Tômbua, antes da independência. O sector pesqueiro é notável para a economia de Angola pelo potencial que representa em termos de captação de receitas e na melhoria da dieta alimentar de uma parte significativa da população. No entanto, a actividade piscatória excessiva levou a uma diminuição dos recursos, à semelhança do que aconteceu em muitas outras partes do Mundo.

Por último, há que referir ainda os recursos energéticos do País. Para além do petróleo e dos depósitos de gás, Angola possui ainda importantes recursos hidroeléctricos nos seus inúmeros rios. Com um potencial estimado em 7710_{mw}, o que contrasta com uma capacidade instalada inferior a 600_{mw} e com uma capacidade actualmente disponível de menos de 300_{mw}, os recursos hidroeléctricos dotam o país de um grande potencial de fornecimento de energia a baixo custo para fins de desenvolvimento industrial.

2.2 Os Diferentes Estágios da Economia:

O actual estágio da economia angolana é resultado das políticas económicas, sociais e culturais aplicadas em três (3) fases da nossa história:

- Fase colonial até 1975;
- Independência Nacional em 1975 e os programas de sociabilização do país;
- Mais recentemente, de 1987 até aos nossos dias, pela aplicação das regras da economia de mercado.

Apesar da sua especificidade, cada uma destas fases absorveu choques internos e externos. As políticas económicas adoptadas nesses períodos não incidiram sobre os aspectos estruturais mais importantes, não consideraram as ligações micro e macros existentes, nem a real capacidade disponível em termos humanos.

A política económica, implementada após 1975, procurou alterar profundamente a estrutura da economia herdada do período colonial. Após a Independência Nacional, foram nacionalizadas a

terra, os serviços de saúde, a educação, advocacia privada. Foram nacionalizadas algumas empresas estratégicas do sector de distribuição de petróleo e da produção de carvão e foram intervencionadas centenas de pequenas e médias empresas abandonadas pelos proprietários e outros agentes económicos, que operavam no tempo colonial.

Adicionalmente, após a Independência, a guerra que durou 10 anos provocou profundas alterações na vida e na saúde da sociedade angolana como resultado da destruição de infra-estruturas de fábricas, paralisação de projectos de desenvolvimento de pontes, escolas e hospitais, perturbações na produção e a deslocação forçada das populações dos seus locais de origem e sua migração para os países vizinhos.

A guerra, a falta de mão-de-obra qualificada, os fracos conhecimentos de gestão, inviabilizaram a concretização dos vários projectos estruturantes no sector agrícola, industrial e na construção.

Sobre Angola recaíram, ainda os seguintes efeitos negativos:

- Alterações das regras na economia mundial com ênfase nas oscilações excessivas das taxas de juro e de câmbio;
- Pesados encargos aduaneiros e os custos da ineficiência dos monopólios, anteriormente estatais e, mais recentemente, privados e públicos, no sector da energia, telecomunicações, serviços bancários, transportes;
- Incertezas e extrema volatilidade da economia e política mundial, aliadas a profundas transformações políticas, económicas, financeiras, tecnológicas e culturais introduzidas no espaço planetário nos últimos 25 anos (Hodges, 2002: pág. 141).

As reformas económicas começaram em 1987, com o lançamento do Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), em parte em resposta aos problemas surgidos após a queda dos preços do petróleo em 1985-1986. À semelhança do que aconteceu noutros países africanos também em situações de ajustamento, as reformas tiveram duas motivações principais: em primeiro lugar, as reformas institucionais e estruturais destinadas a aumentar a eficiência da economia e a promover o crescimento. No caso de Angola, a segunda dimensão tem sido mais comparável, sob certos aspectos, às reformas das economias em transição do antigo bloco soviético do que às da maioria dos países africanos, devido ao peso do envolvimento estatal na economia a seguir à independência. O País tem estado envolvido num complexo processo de transição de uma economia altamente centralizada e dominada por empresas estatais (à excepção do sector petrolífero) para uma economia de mercado.

Durante estes 14 anos, houve nada mais, nada menos, do que nove programas económicos, diferentes, alguns com a duração de apenas um ano – tendo mesmo existido um que durou apenas

algumas semanas. Sete desses programas podem ser considerados de natureza reformista, embora o grau de implementação tenha variado. Dois deles – o Programa de Emergência do Governo, de 1993-1994, e o Programa Nova Vida, de 1996-1997 – foram claramente anti-reformistas contrariando reformas anteriormente implementadas.

Os programas que foram introduzidos importantes reformas económicas no contexto destes planos estruturantes, os ministérios elaboraram, regularmente, os respectivos programas e estratégias sectoriais, destacando-se:

- Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF); Agosto de 1987;
- Programa de Recuperação da Economia (PRE) Janeiro de 1989;
- Programa de Acção do Governo (PAG); Agosto de 1990;
- Programa de Estabilização da Economia (PEE); Janeiro de 1993;
- Programa de Emergência do Governo (PEG); Março de 1993;
- Programa Económico e Social para 1994 (PES 94); Abril de 1994;
- Programa Económico e Social para 1995-1996 (PES 95-96) Abril de 1995;
- Programa Nova Vida; Junho de 1996;
- Programa de Estabilização e Recuperação Económica de Médio Prazo 1998-2000; Janeiro de 1998;
- Programa Económico e Social para o Ano de 2001 (PES 2001); Janeiro de 2001.

Com o fim da guerra, apesar de se terem introduzido amplas reformas económicas desde 1987 a 2001, persistiram constrangimentos importantes no que respeita ao futuro, com destaque para a fraca capacidade de gestão económica, a dependência da ajuda externa e o fraco desenvolvimento do capital humano.

Numa perspectiva macroeconómica, os anos a seguir à paz revelaram importantes sinais de crescimento e optimismo dos doadores, principalmente como resultado do *output* dos megaprojectos e da reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra e o relançamento de projectos (Hodges, 2002).

Em 2005, o petróleo contribuiu para 49% do PIB. Apesar do crescente volume do investimento em áreas não petrolíferas, o peso relativo da produção de petróleo na economia angolana (que não deverá alterar-se significativamente nos próximos anos) faz com que esta seja pouco diversificada, mesmo quando comparada com outras economias africanas. Por fim, é o resultado da adopção, a partir de 2000, de um conjunto de medidas de política económica – reunidas no Programa de Estabilização Económica -, das quais se salientam a liberalização das taxas de juro e de câmbio, a harmonização de políticas monetárias e fiscais, a estabilização cambial e o maior

controlo orçamental. Apesar das melhorias macroeconómicas referidas, estas não tiveram ainda impacto relevante na melhoria efectiva das condições de vida da população, mantendo-se disparidades significativas na distribuição da riqueza, não obstante os elevados níveis de crescimento. Em 2002, com o fim da guerra civil, os níveis de crescimento do produto Interno Bruto subiram de 3,1% para 14,4%. Embora se tenha registado uma quebra significativa nesta tendência em 2003, resultado do declínio da produção dos campos petrolíferos mais antigos, a descoberta e exploração de novos campos elevou novamente, a partir de 2004, as taxas de crescimento do PIB para níveis de 11,7% em 2004 e 15,5%. Segundo o governo, o rendimento per – capita ronda actualmente os dois mil dólares americanos, colocando Angola no grupo dos países de rendimento médio e representando um aumento de cerca de 57% em relação a 2004. Esperava-se que a produção de petróleo atingira os 2 milhões de barris por dia em 2008, face aos 1,3 milhões de produzidos actualmente, o que influenciaria significativamente o PIB, dada a dependência da economia angolana deste sector.

De 1994 a 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 6,4% ao ano, tendo em alguns anos ultrapassado 2 dígitos, com maior crescimento resultante da reactivação da produção agrícola, reassentamento das populações e crescimento dos sectores da indústria, construção, energia e turismo. Consequentemente, o PIB de 2000 foi de 32%, superior ao de 1994. Como a população global cresceu entre 10 a 13% no mesmo período, significa que, em termos médios, (sem deduzir os trágicos efeitos do SIDA), o crescimento da riqueza nacional foi superior ao crescimento da população.

O dinamismo macroeconómico não foi proporcional em todo país, nem teve efeito social massivo. Dados estatísticos recentes mostram que, em anos sucessivos, de 1996 a 2000, a Cidade de Luanda apresentou rendimentos médios per – capita superiores a US\$ 1.000,00 por ano (tendo ultrapassado US\$ 1.200,00 em 1998 e em 1999) enquanto no resto do País, em 1999, este índice se situava em US\$ 250,00.

O índice de pobreza permaneceu a níveis muito elevados o que, entre outros aspectos, gera efeitos sociais perversos e aumento da criminalidade.

Dados oficiais indicam que nos últimos cinco (5) anos a inflação tem estado sob controlo. Porém, os resultados de controlo inflacionário não têm beneficiado o sector produtivo, através das taxas de juro que deveriam baixar em conformidade. As taxas de juro permaneceram superiores a 25%, em termos reais, penalizando seriamente o sector produtivo.

Por outro lado, o aumento da inflação não foi acompanhado pela manutenção dos salários reais, corroendo assim os rendimentos pessoais, especialmente os das camadas populacionais com rendimentos baixos e médios.

Para assegurar maior controlo da inflação e promover o livre funcionamento do mercado, a partir de 1987, o país adoptou as medidas de reajustamento estrutural no quadro dos acordos com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. A despesa pública foi drasticamente reduzida em relação às receitas. Mas os cortes realizados nos sectores da educação, saúde e obras públicas, foram significativos; as empresas estatais foram privatizadas e a moeda foi desvalorizada para se corrigir a distorção da taxa de câmbio, promover as exportações e atrair investimentos externos.

A Paz e as medidas tomadas contribuíram para melhorar o ambiente de negócios e relançar a economia o que resultou no crescimento económico e na melhoria das condições de vida do cidadão, incluindo do cidadão rural. Contudo, a pobreza continua ser uma preocupação real. Programas especiais de luta contra a pobreza foram concebidos e estão em implementação.

2.3 Economia e Desenvolvimento

Em relação a economia e desenvolvimento, a Agenda 2025 destaca as seguintes variáveis determinantes como premissas que determinarão o rumo e sentido da economia nos próximos 25 anos:

- Paz e estabilidade, como sinal de confiança e segurança dos investimentos a longo prazo;
- Justiça e legalidade, na perspectiva da valorização da segurança da propriedade e dos contratos;
- Ambiente internacional, na determinação do futuro da economia e de fenómenos como a globalização e dos fluxos de investimento;
- Educação, desporto, ciência e tecnologia, como vectores da evolução do conhecimento da população e qualidade dos recursos humanos;
- Investigação científica e desenvolvimento, sobretudo em matérias que respondem directamente às necessidades de soluções dos problemas que dizem respeito ao País, como doenças, produção de sementes que resistam a estiagem, entre outras;
- Valorização do conhecimento local explorando soluções menos onerosas com recurso a conhecimentos e materiais locais;
- Cultura de trabalho como forma de tornar os recursos humanos capazes de serem competitivos a nível regional;
- Circulação de pessoas e bens, com a reconstrução de estradas, pontes, e dos caminhos-de-ferro para que possa influenciar no comportamento dos custos de produção e transporte, permitindo o escoamento ligeiro dos produtos do local de produção para o de consumo;

- Integração regional como fenómeno que aumenta a faixa de mercado disponível para as empresas nacionais e defender os interesses do País de forma mais sólida;
- VIH/SIDA e outras doenças com impacto negativo na disponibilização de recursos humanos para a produção;
- Reforma do sector público.

2.4 Ordenamento Institucional

O Artigo 79.º da Constituição da República de Angola que diz respeito ao “direito ao ensino, cultura e desporto” diz o seguinte:

1. O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei.
2. O Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica.
3. A iniciativa particular e cooperativa nos domínios do ensino, da cultura e do desporto, exerce-se nas condições previstas na lei.

Uma proposta de Lei do Desporto foi aprovada (12-06-2013) pelo Conselho de Ministros. O diploma legal estabelece as bases gerais do sistema desportivo nacional, promove e orienta a organização da actividade desportiva, na perspectiva da sua massificação e melhoria do rendimento dos praticantes. Foi ainda aprovada uma Proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico das Associações Desportivas, que regula o exercício do direito de associação dos praticantes desportivos.

Angola é um país caracterizado por uma enorme riqueza de identidades étnicas, raciais e sociais, que urge desenvolver num espírito de unidade nacional na construção de um futuro comum. Assim sendo o desporto angolano deve ser equacionado tanto do ponto de vista externo como interno.

O desenvolvimento do desporto em Angola, aliás como nos demais países africanos, em tempo, colonizados, está perante as seguintes alternativas:

- 1ª Hipótese: A partir da iniciativa exclusiva da sociedade civil: deixar o desporto seguir a sua projecção de tendência na expectativa de que o desenvolvimento acontecerá por si só a partir da iniciativa da sociedade civil constituída pelas organizações desportivas de direito privado tais como os clubes, as federações e o Comité Olímpico Angolano;
- 2ª Hipótese: A partir da intervenção e orientação do Estado: desencadear um projecto nacional de desenvolvimento do desporto capaz de promover o nível desportivo do País a partir de uma forte

intervenção e orientação do Estado em conjugação com a sociedade civil constituída pelos clubes, as federações e o Comité Olímpico Angolano.

Tendo em atenção a importância que o desporto assume na sociedade angolana bem como o estádio de desenvolvimento económico e social do País, é de todo conveniente que o Estado angolano assuma uma posição de liderança na organização do desporto através da mobilização da sociedade civil num projecto de desenvolvimento a longo prazo tendo em vista apetrechar o país com as estruturas materiais e humanas indispensáveis à melhoria do nível desportivo do País.

As políticas públicas em matéria de desporto devem ser concebidas de acordo com um conjunto de condicionantes internas que determinam os seus objectivos, organização e planeamento para os atingir mas, também, de acordo com os condicionalismos externos que condicionam a vida do País e a sua afirmação no quadro das nações. Assim sendo, se o desporto do ponto de vista externo deve estar ao serviço da afirmação e do desenvolvimento do País, do ponto de vista interno, devem ser encontradas as melhores soluções que respondam aos problemas e anseios das populações.

3 Estratégia e Planeamento Estratégico

Portanto, para definir uma estratégia é necessário criar uma posição única de valor. Para o efeito, há que fazer opções, agir estrategicamente, quer dizer, optar por sectores de desenvolvimento, segmentos sociais, ou, entre outros, tipo ou segmento de destinatários.

3.1 Artesanar a Estratégia

Mintzberg, Henry (1987), num trabalho publicado na *Harvard Business Review* (Julho/Agosto), intitulado *Crafting Strategy* desenvolve aquilo a que designou por estratégia artesanal.

Para Mintzberg a metáfora artesanal traduz melhor o processo através do qual as estratégias são realizadas. Quer dizer, o gestor num ambiente de caos calculado, tem de lidar com um processo de trabalho colectivo que é o de idealizar uma estratégia. Nesta conformidade, um gestor na concepção de Mintzberg tem de “artesanar” a sua estratégia. A partir desta ideia, o autor afirma que as estratégias são modelos do passado e planos para o futuro. A necessidade de se terem de conciliar as forças da estabilidade (passado) com as da mudança (futuro) é um dos paradoxos da estratégia. Esta constatação leva o autor a considerar a necessidade da estratégia poder ser deliberada e ou emergente. Pelo que deixar à estratégia unicamente a possibilidade de ter planos deliberados torna-se muito arriscado. As estratégias não têm de, necessariamente ser consumadas exclusivamente por

planos deliberados. Elas podem ser consumadas através de actividades emergentes que vão acontecendo em função das necessidades.

3.2 Deliberada & Emergente

A estratégia deliberada e emergente forma um ‘continuum’, que se deve concretizar através da orientação de um plano de acção.

Para Henry Mintzberg (1994), as estratégias são abstracções que só existem na mente das partes interessadas. Para o autor toda a estratégia é uma invenção, ou para conceber intenções que regulem comportamentos antes das acções decorrerem, ou para inferir modelos pela observação de comportamentos de sucesso.

Através da provocação de manobras e contra manobras, o processo de formulação de estratégia assume a sua componente mais dinâmica. Numa sistematização do pensamento estratégico podemos organizá-lo segundo um sistema de eixos em que, por um lado, consideramos a estratégia relativamente à sua concepção em oposição à sua formalização. No outro eixo, podemos considerá-la mais ou menos emergente em oposição a uma ou outra mais ou menos deliberada.

3.3 Categorias

Ele avança com uma perspectiva em que organiza o pensamento estratégico do gestor em quatro categorias:

- Estratégia intencional: Aquilo que se quer ou simplesmente deseja;
- Estratégia deliberada: Aquilo que realmente se faz;
- Estratégia não realizada: Aquilo de que se desiste;
- Estratégia emergente: Aquilo que se é obrigado a fazer como reacção aos acontecimentos.

3.4 Os “Pês” da Estratégia

Mintzberg defende ainda que, muito embora as pessoas tenham necessidade de uma definição, a palavra estratégia pode ter muitas definições, o que só pode ajudar as pessoas a melhor organizarem o seu pensamento. Para o autor, estratégia pode ter os seguintes conceitos:

- Plan (plano);
- Ploy (truque, medida);
- Pathern (modelo);
- Position (posição);

- Perspective (perspectiva).

3.4.1 Plano

Na estratégia como plano, o líder de uma organização estabelece uma direcção a seguir através das linhas de acção a implementar. Quando se trata de planos estratégicos estes podem ser genéricos ou específicos.

3.4.2 Truque

No que diz respeito às medidas a estratégia leva-nos ao domínio da competição directa, onde são utilizados tratados, truques, fintas ou outras manobras de forma ganhar vantagem relativa sobre os adversários.

3.4.3 Posição

O conceito de estratégia também está associado a uma posição ou lugar físico de uma organização, ao seu ambiente. Neste caso, a estratégia resulta numa força mediadora entre a organização e o ambiente, ou seja entre o contexto interno e o externo da organização. Podemos afirmar que, neste caso, a estratégia funciona como um nicho. Esta definição de estratégia pode ser compatível com as precedentes. A posição pode ser predefinida e formalizada através de um plano ou pode ser alcançada através de um modelo de comportamentos. É, por exemplo, o caso das federações desportivas que detêm uma posição de monopólio em relação à respectiva modalidade desportiva.

3.4.4 Perspectiva

A estratégia do ponto de vista da perspectiva não passa só pela escolha de uma determinada posição que determina uma ideologia que traduz a percepção do mundo. A estratégia como uma perspectiva assume um papel tal que pode ser comparada à personalidade de um indivíduo. Uma vez assumida determinada perspectiva esta dificilmente muda tal como a personalidade de um indivíduo. A perspectiva pode estar de tal modo inerente no comportamento da organização que as convicções associadas podem ficar no subconscientemente dos seus membros. Deste modo, a estratégia como perspectiva é partilhada por todos os membros de uma organização através das suas intenções e actos. Quando isto acontece, a perspectiva aproxima-se mais de um modelo do que de um plano, isto é, há mais consistência nos comportamentos do que na articulação de intenções. Assim, quando se fala de estratégia estamos a entrar no domínio da mente colectiva, de um grupo

de indivíduos unidos pelos mesmos pensamentos e comportamentos. Em conformidade, enquanto a perspectiva é de alguma maneira imutável, pelo contrário, é relativamente fácil mudar de plano ou de posição.

3.4.5 Modelo

A estratégia como posição e perspectiva pode ser compatível com a estratégia como plano e/ou modelo. A perspectiva que determinada organização assume, evolui ao longo do tempo, assim como evolui a personalidade de um indivíduo, pela sua interacção com o mundo e pela percepção das suas aptidões inatas e propensões naturais. Assim, tanto um modelo, como determinada posição, podem estar na origem de uma certa perspectiva.

4 Nível Desportivo

O conceito de situação desportiva, desde que avançado por Castejon Paz (1977), em trabalhos realizados para o Conselho da Europa, tem vindo a ser apurado no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no sistema desportivo português, pelo que, tendo em atenção a cultura e a tradição angolana, somos de opinião de que, no quadro de uma comunidade que fala a mesma língua e partilha laços culturais muito íntimos, é de todo conveniente a partilha de uma linguagem técnica comum, tanto mais que, no mundo cada vez mais globalizado em que vivemos, essa linguagem se sustenta na lógica de um desporto universal.

Como refere Pires (1996) para se atingir a raiz de qualquer problema, o método analítico, possibilita a análise até um ponto não decomponível, daquilo que está em observação. No desporto, também podemos utilizar este processo lógico, atomista, de forma a melhor compreendê-lo através da sua desagregação nas mais pequenas partes, quer dizer nas “unidades mais simples que o caracterizam”. A utilização desta metodologia pode prosseguir até um ponto em que a decomposição não é mais possível. Por exemplo, podemos considerar o elemento “praticante”, mas também podemos, em função das circunstâncias, desagregar este elemento em diversas categorias, já que pode haver praticantes desportivos escolares, federados, profissionais, infantis, iniciados, juvenis, masculinos, femininos, etc.

Em consequência, o conceito de “situação desportiva”, é definido como uma visão analítica e funcional do mundo do desporto (Castejon, 1977). Refere-se a um determinado momento já que, geralmente, a data de balanço ajusta-se aos períodos anuais ou quadrienais relativos a cada Ciclo Olímpico ou planeamento anual, de acordo com a situação que estiver a ser tratada. A situação desportiva cumpre quatro funções a saber (Pires, 2007):

1. Define uma terminologia comum, facilitadora de diálogos perceptíveis entre diferentes opiniões;
2. Apura de forma sistemática aquilo que existe num dado espaço geográfico, sector, área ou modalidade desportiva;
3. Estabelece comparações entre diferentes momentos da mesma realidade desportiva;
4. Permite desencadear processos de planeamento, ao possibilitar a determinação do “gap” estratégico (diferença entre a projecção de referência e a projecção planeada).

Em conformidade, tal como Castejon Paz, dizemos que é, "a fotografia do desporto num dado momento". É uma visão analítica do mundo do desporto pois;

1. Identifica os múltiplos aspectos (elementos) que, num determinado momento, caracterizam uma dada realidade desportiva;
2. Realiza o inventário e o balanço, numa data precisa das diversas partes / realidades / elementos, que caracterizam o mundo do desporto;
3. Determina a contabilidade analítica das práticas desportivas, isto é, a medida das existências e dos fluxos internos dos bens (materiais e imateriais) e das actividades públicas ou privadas que dão forma e conteúdo aos mais diversos sectores desportivos.

O conceito de situação desportiva, pode ser organizado através de um “conjunto de elementos que caracterizam num dado momento uma determinada realidade desportiva”.

Os elementos podem ser:

- Propriamente desportivos quando fazem parte do mundo do desporto, como, por exemplo, um campo de futebol, um treinador, um campeonato. No seu conjunto, estão organizados no quadro desportivo. Pertence ao mundo do desporto e, por isso, pode ser objecto de políticas desportivas pela sua manipulação através de processos de planeamento e programação;
- Para-desportivos, quando podem ser solicitados para apoiarem as práticas desportivas, muito embora não façam parte do sistema desportivo, como, por exemplo, uma corporação de bombeiros, uma agência de publicidade. No entanto, podem apoiar o sistema desportivo, pelo que se organizam no quadro de apoio. Está fora do mundo do desporto, mas pode ser solicitado a prestar o seu contributo (por princípio sempre positivo) ao processo de desenvolvimento;
- Extradessportivos que como o próprio nome indica, condiciona, positiva ou negativamente, as práticas desportivas, tal como, por exemplo, as condições climatéricas de uma região, as condições económicas ou os seus hábitos culturais. Organizam-se no quadro condicionante.

Está fora do mundo do desporto, mas pode assumir um sinal negativo ou positivo, incontrolável mas que, em qualquer situação, deve ser considerado.

Só é possível planejar aquilo que se controla, pelo que é necessário, desde o momento de arranque de todo o processo de planeamento:

1. Dominar as variáveis sobre as quais podemos actuar;
2. Apelar para aquelas que embora não controlemos, podemos solicitar os seus efeitos positivos e, finalmente;
3. Considerar aquelas sobre as quais nos é impossível actuar pois só as podemos considerar quer elas tenham efeitos positivos ou negativos.

O interesse desta especificação dos elementos da situação desportiva tem a ver com a necessidade de se organizar, de uma forma racional, o processo de planeamento. Isto é, o estatuto de planeabilidade dos elementos que devem fazer parte de um projecto e, por isso, vão ser objecto de manipulação (o que pode ser definido como a característica instrumental de alguns elementos) através daquilo a que designaremos na fase de planeamento por “factores de desenvolvimento do desporto”. No respeito a Angola, independentemente do desporto estar muito ou pouco desenvolvido e organizado é necessário desencadear um processo de planeamento a fim de se organizar o futuro do próprio desporto.

4.1 Definir Desenvolvimento do Desporto

Assim, na esteira de Gustavo Pires definimos desenvolvimento do desporto “como o conjunto de acções concertadas tendentes a melhorar os padrões quantitativos e qualitativos da prática desportiva.”

4.2 Elementos Desportivos

Os elementos desportivos são aqueles que estabelecem uma relação directa com o mundo do desporto. Quer dizer, quando têm directamente a ver com o mundo do desporto. São eles os praticantes, os professores, os treinadores, os equipamentos, as instalações, a legislação, as actividades, etc. É sobre estes elementos que o gestor desportivo deve exercer a sua acção, através de processos que visem a melhoria quantitativa e/ou qualitativa de uma dada situação desportiva. Entra-se, assim, no domínio do planeamento. Os elementos desportivos organizam-se naquilo a que designamos por quadro desportivo.

4.3 Elementos Para-Desportivos

Os elementos para-desportivos, são constituídos por todas aquelas componentes que embora externas ao mundo do desporto, podem ser solicitados a intervir, quer de uma forma directa, quer indirecta. São elementos que podem ser activados, em determinados momentos, em função das necessidades do projecto que estiver em causa. São, por isso, de valor positivo, já que se de valor negativo ou neutro são, simplesmente, ignorados. Estamo-nos a referir às empresas em geral, às de publicidade em particular, ao turismo, aos sindicatos, às corporações de bombeiros, aos espaços naturais, aos media, às famílias etc. Em determinadas circunstâncias, os elementos para-desportivos podem passar mesmo a ser elementos desportivos como é o caso, por exemplo, das corporações de bombeiros quando começam a intervir, de uma forma directa, no mundo do desporto, assumindo, por vezes, a função de clubes, ou de uma agência de publicidade que se envolve, por exemplo, na promoção directa de actividades desportivas. Ou um espaço natural que foi organizado de forma a poder suportar actividades desportivas de uma forma sistemática. Tal como as famílias, que ao organizarem-se para proporcionarem e apoiarem a prática desportiva dos seus filhos, dão origem a uma nova dimensão de associativismo desportivo. Num processo de planeamento devem, não só ser considerados estes aspectos como, também, solicitada e estimulada a sua colaboração, quando for caso disso. Por isso, os elementos para-desportivos organizam-se no “quadro de apoio”. Este quadro, que, por definição, terá sempre um sinal positivo, é formado por um conjunto de elementos materiais, humanas, orgânicas e normativas que, em situações especiais, podem apoiar o processo de desenvolvimento do desporto.

4.4 Quadro Condicionante - Situação Africana

No início da década de 90, Angola, uma das maiores potências africanas, encontrava-se numa situação terrível devido à guerra civil. À excepção dos sectores petrolíferos e diamantíferos, a economia encontrava-se em profunda recessão há mais de vinte anos devido à má gestão, por falta de quadros em consequência da guerra. Fossem estes recursos devidamente aproveitados, e a economia de Angola estaria entre as mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento e o seu povo entre os mais bem alimentados, educados e saudáveis do continente africano. (Hodges, 2008: pág. 17).

A 4 de Abril de 2002 foi assinado, em Luanda, um acordo para a cessação das hostilidades e a resolução das demais questões militares pendentes nos termos do protocolo de Lusaca (Hodges, 2002: pág. 37). Mesmo assim,

- Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Índice de Desenvolvimento Humano para o país apenas subira 7 lugares no período até 1999;
- Ao nível dos países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), em 1997 Angola ocupava a última posição no que se refere ao Índice que era de 0,341 (comparado com as Ilhas Maurícias, na primeira posição com 0,765);
- A epidemia da SIDA é o maior factor de declínio dos indicadores globais de desenvolvimento revela o relatório anual do Programa das Nações Unidas (PNUD, 2004), intitulado “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado”;
- O Índice de Desenvolvimento Humano, contabilizado pelo PNUD, demonstra que o SIDA contribui para reduzir a esperança de vida para menos de 40 anos em 8 países incluiu Angola.

Em 2012 o IDH da ONU inclui também o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para os países em desenvolvimento. Este indicador mede a privação nas três dimensões básicas captadas no Índice de Desenvolvimento Humano tendo em vista uma vida longa e saudável e o poder do conhecimento adquirido pela população. O Índice dá uma visão mais completa da pobreza, porque vai além dos indicadores de rendimento, destaca o relatório.

Se nos países que compõem o grupo de “desenvolvimento humano elevado”, as questões do desenvolvimento do desporto têm uma acuidade significativa no processo da qualidade de vida das populações, no que diz respeito aos países de “desenvolvimento humano baixo”, nos quais a República de Angola se inclui em 148º lugar, as problemáticas do desenvolvimento nele incluído o do desporto, ganham uma importância acrescida, até pelos diferentes objectivos e consequentes estratégias a desenvolver pelos promotores do próprio desenvolvimento.

Portanto, quando se fala de desenvolvimento do desporto em países africanos ao Sul do Saará, não se trata de copiar de forma acrítica aquilo que se passa nos países europeus ou norte americanos, mas, à luz das questões do desenvolvimento, começar a traçar as melhores soluções para um país com as características geográficas e sociais e desportivas como Angola.

Os elementos extradesportivos são aqueles que influenciam, de uma forma directa ou indirecta, positiva ou negativamente, o desenvolvimento das práticas desportivas. Estão, neste caso, as condições económicas de um país ou de uma região, as condições climatéricas, a configuração geográfica, as condições anatómicas e fisiológicas da população, os hábitos culturais e religiosos, etc. O gestor desportivo, embora não os possa controlar nem modificar, pelo menos, a curto prazo, tem de os considerar e construir políticas de acordo com eles. Nesta conformidade, o desenvolvimento de um projecto desportivo, por exemplo, para uma autarquia, não pode ignorar os

elementos extradesportivos (p/ex. as condições económicas da população, o sistema de transportes, etc.) sob pena de estar, ou a realizar um mero exercício de inutilidade, ou um projecto desajustado à realidade que se deseja alterar.

O que muitas vezes acontece, mas que é necessário evitar, é que se organizem processos de planeamento sustentados em acontecimentos, isto é, em ocorrências que não se controlam, quer dizer, que estão fora do controlo do planeador. Como facilmente se compreende, processos de planeamento sustentados em acontecimentos que não se controlam são meras peças de decoração sem qualquer utilidade prática ou teórica.

Os elementos extradesportivos podem ser de sinal positivo ou negativo. Existem condicionantes que facilitam as práticas desportivas e outras que as dificultam. Existem, por exemplo, algumas condicionantes que facilitam especificamente algumas modalidades desportivas e que dificultam outras. Quer dizer, que o mesmo elemento extra-desportivo pode ser de sinal positivo, em relação a uma dada modalidade, e de sinal negativo ou mesmo só neutro, em relação a outra.

Outro aspecto importante, que caracteriza os elementos extra-desportivos, tem a ver com a circunstância de não se poderem alterar, ou qualquer alteração pretendida, revelar-se, a curto prazo, muito difícil. Em conformidade, o planeamento desportivo deve considerá-los, mas não deve tentar alterar aquilo que não tem capacidade para o fazer, sob pena de nada conseguir e, em simultâneo, comprometer o processo de que é, efectivamente, responsável.

4.5 Levantamento da Situação Desportiva

O levantamento da situação desportiva tendo em atenção, não só a realidade proveniente do regime colonial, bem como a situação actual, não é uma tarefa fácil. Diremos mesmo que no panorama actual é praticamente impossível.

Quando se trata de realizar um projecto, o conhecimento da situação desportiva é o primeiro objectivo a concretizar. É a necessidade de sabermos aonde estamos, antes de decidirmos para onde queremos ir, para depois determinarmos a maneira como queremos lá chegar. No entanto, não é qualquer situação que interessa, já que os elementos desportivos a contabilizar terão obrigatoriamente a ver com aquilo que se pretende. O levantamento da situação desportiva pressupõe, por isso, uma ideia clara dos objectivos que se desejam atingir para que, de facto, é possível determinar, quais os elementos que são necessários conhecer.

Não são nem quaisquer elementos nem todos os existentes que interessam, sob pena de desperdiçarem-se ingloriamente recursos e energias. Quando se deseja conhecer uma dada realidade

desportiva o levantamento da situação desportiva pressupõe o conhecimento daquilo que se deseja efectivamente dominar em função daquilo que se pretende atingir. Não se pode transformar o levantamento da situação desportiva num acumular de dados que, no fim, não servem para nada. Os dados são importantes se forem transformados em informação útil aos processos de tomada de decisão e, em consequência, ao próprio sistema de planeamento a desencadear posteriormente.

O levantamento da situação desportiva é um trabalho sistemático de escolha e recolha de dados que dizem respeito, quer directa, quer indirectamente, à realidade desportiva que está a ser considerada. Os dados são evidentes, devem dizer respeito aos elementos desportivos, para-desportivos e extradesportivos para que possam ser posteriormente cruzados entre si na fase de análise da situação desportiva. Esta tarefa não é fácil. Tendo em atenção a situação específica que está a ser analisada, podemos estabelecer um conjunto de indicadores desportivos a apurar.

4.6 Análise da Situação Desportiva

A análise da situação desportiva tem por objectivo fazer a interpretação do balanço realizado no levantamento da situação desportiva, relacionando não só os elementos do quadro desportivo entre si, como estabelecendo relações com outros quadros. Portanto, a análise da situação desportiva procura estabelecer o “conjunto das relações técnico funcional” do cruzamento dos diversos elementos. Quer dizer, é “o jogo das relações políticas, técnicas e funcionais, quantitativas e qualitativas, que podem ser estabelecidas entre os diversos elementos desportivos, para-desportivos e extradesportivos, organizados com o contexto e os objectivos do projecto em causa.

O apuramento final dos diversos rácios utilizados, caracteriza a estrutura desportiva de um país, de uma região, de um organismo, ou de uma modalidade. No entanto, não nos podemos esquecer que a situação desportiva é um “conceito absoluto”, quer dizer, ao contrário do “nível desportivo” que é um conceito relativo, não permite estabelecer comparações entre diferentes realidades. Por exemplo, não faz sentido que a relação de um para dez, no que diz respeito às instalações desportivas (cobertas / descobertas) seja aplicada da mesma maneira em países tão diferentes, sob o ponto de vista climatérico e económico, como são os do Norte da Europa em relação aos do Sul ou aos africanos com um clima intertropical como a República de Angola. Isto significa que os dados disponíveis têm de ser analisados à luz de outras informações, sob pena de o seu significado pouco ou nada significar. Não podemos cair na tentação de analisarmos uma taxa só por si, na medida em que, ela pouco pode expressar. É necessário entrar em linha de conta com outros elementos tais como, por exemplo, aqueles que decorrem do quadro condicionante. Nesta perspectiva, o que se passa em termos desportivos na República de Angola tem de ser analisado a

partir do contexto geográfico do país que é influenciado pelo regime de monções do Oceano atlântico e apresenta condições físicas e climáticas que determinam opções em matéria de política desportiva que terão de se diferenciar das de Portugal e ainda mais dos países do Norte da Europa.

Outro aspecto que deve ser considerado, quando se analisa a situação das instalações desportivas, é o seu raio de influência. O “raio de influência”, ou área de influência, dá-nos uma indicação sobre a população abrangida por essa instalação. O “raio de influência”, expresso em Km, é determinado pela raiz quadrada do quociente obtido entre o valor da área de influência e (pi) 3.1416. O que se procura obter é uma relação entre “população / instalações desportivas” quer dizer o volume de população que está dentro do raio de influência de uma determinada instalação. É evidente que numa política desportiva este aspecto tem de ser cruzado com o sistema de transportes e o acesso que a generalidade da população tem a esse sistema.

Em conformidade, é possível construir um conjunto de relações entre elementos que melhor especificam a situação desportiva:

- Praticantes / técnicos
- Regiões / competições nacionais
- Escolas /clubes;
- Associações de classe / praticantes;
- Competições nacionais / competições internacionais;
- Custo de praticante.

Estas relações podem dar origem a um conjunto de taxas de prática desportiva de apoio à decisão. Entre outras apresentamos as seguintes:

- Taxas de prática desportiva. Tradicionalmente estabelecem-se, entre outras as seguintes taxas de prática desportiva:
- Taxa de participação - relação entre o número de praticantes desportivos e uma dada população total considerada.
- Taxa de penetração: Relação entre o número de praticantes de uma modalidade desportiva e a população total considerada.
- Taxa de Fidelidade - Relação entre o número de adultos praticantes regular, ou não, de uma modalidade desportiva e o número daqueles que experimentaram o desporto num dado momento.
- Taxa de Intensidade - Relação entre os adultos que praticam desporto de uma forma regular durante todo o ano e o número de praticantes.

- Taxa de Penetração - Relação entre número de adultos que alguma vez praticaram uma modalidade desportiva e a população adulta total. Claeys, U. (1982) define esta taxa em relação a uma modalidade desportiva. Traduz a medida em que uma prática desportiva foi escolhida pela população.

É ainda possível verificar a evolução temporal dos diversos elementos em relação a determinado sector, região ou país.

O problema é que, quando se trata de Angola, os dados praticamente não existem pelo que qualquer estudo neste domínio está, à partida, muito limitado.

5 Situação do Desporto Angolano

Com a independência, foi instituído o acesso gratuito à educação elevando deste modo o número de estudantes, assim como se verificou um aumento significativo de clubes e agremiações desportivas dos tipos mais variados.

Devido ao abandono de quadros das diferentes áreas, e sobretudo os professores que deixaram o país após a independência, os monitores formados na década de 80 foram chamados para leccionar nas escolas.

Naquela altura, existia como órgão reitor do Desporto, o Conselho Superior de Educação Física e Desporto, criado ao abrigo da Lei nº 72/76 de 23 de Novembro no artigo 2º, que criava alguns Departamentos Ministeriais, entre eles o Conselho Superior de Educação Física e Desportos, tendo como Secretário Nacional, o Professor Rui Alberto Vieira Dias Mingas.

No âmbito das várias mudanças que foram ocorrendo no país, ao abrigo da Lei Nº 1/78 de 25 de Fevereiro no artigo 3º sob dependência de um Vice-Primeiro-Ministro é criado o Conselho Superior de Educação Física e Desportos. Ao abrigo da lei nº 7/79 artigo 2º foi extinto o Conselho Superior de Educação Física e Desportos, dando lugar ao nascimento no mesmo ano ao abrigo da Lei Nº 7/79 no seu artigo 1º, a Secretaria de Estado para Educação Física e Desportos, que funcionou até o ano de 1989, tendo como Secretário de Estado, o Professor Rui Alberto Vieira Dias Mingas.

A 11 de Fevereiro de 1989 ao abrigo da Lei Nº 3/89 artigo 1º foi extinta a Secretaria de Estado para Educação Física e Desportos dando lugar ao nascimento do Ministério Da Juventude e Desportos, provocando uma profunda alteração orgânica de relevo, que consubstanciou-se na introdução da componente juvenil que veio dar outro nível de desenvolvimento ao sector.

Nos primeiros anos pós independência nacional, a actividade desportiva caracterizou-se pela adequação e redimensionamento da orgânica estrutural e da própria actividade para o novo interesse

do processo revolucionário, nomeadamente a educação, formação e massificação desportiva visando a criação do homem novo e a consolidação da unidade nacional.

O desporto passou a ser componente dos planos estatais e consequentemente tiveram início, fortes movimentos para a massificação desportiva em todo país. Verificou-se, nessa altura, o arranque dos jogos escolares que movimentou milhares de jovens e crianças, foram afectadas equipas desportivas em empresas do Estado, assim como a outros movimentos desportivos de grande movimentação de, massas, para os quais se investiu na formação de quadros especializados, no país e no estrangeiro.

Para orientar e disciplinar a actividade desportiva, particularmente a formal, foi introduzido em 1979, o regulamento Geral do Desporto Federado, instrumento este que apesar de nunca ter tido aprovação jurídica pelas autoridades competentes, foi religiosamente seguido até cair em desuso nos meados dos anos 80.

A prática desportiva passou a movimentar um cada vez maior número de modalidades desportivas e de praticantes que se estendiam até as zonas suburbanas e rurais.

Os locais de residência, de trabalho e os centros comunitários transformaram-se em locais activos de prática desportiva massiva.

5.1 Comité Olímpico Angolano

O Comité Olímpico de Angola foi fundado em 1979, tendo sido reconhecido oficialmente pelo Comité Olímpico Internacional, em 1980 e, a partir daí, participou em 7 edições dos Jogos Olímpicos. Nessas participações nunca obteve qualquer medalha, nem resultados significativos que permitissem chegar à disputa das medalhas em anos vindouros. Não obstante das pobres participações nos Jogos Olímpicos, em Atletismo, Boxe, Natação, Judo, Vela, Tiro aos Pratos e em Canoagem, no entanto, é justo referir as boas presenças das selecções de Basquetebol Masculino, Andebol Feminino e mais recentemente do Basquetebol Feminino, na sua qualidade de campeões africanos, que têm sido uma excepção à regra e um factor de prestígio para o país e para as duas modalidades a nível internacional.

De qualquer modo, o balanço global das participações angolanas em Jogos Olímpicos é pouco positivo, como podemos verificar através do estudo realizado, baseado nos quadros comparativos que, seguidamente apresentam-se abaixo no quadro nº 1.

5.2 Participação nos JO dos Países Africanos

A África do Sul foi o primeiro país africano a ganhar uma prova nos Jogos Olímpicos ao conquistar uma medalha de ouro no Atletismo, em 1908, na cidade de Londres. Actualmente são 24 os países africanos que já conquistaram medalhas nos JO. O Quênia lidera o ranking com 75 medalhas, logo seguido da África do Sul com 70 e a Etiópia com 38.

Quadro nº 1 Países Africanos: Fundação dos CONs² e Nº de Medalhas JO

Países	CON (aprovação)	Ouro	Prata	Bronze	Total
África Sul	1991	20	24	26	70
Angola	1979				
Argélia	1964	5	2	7	14
Burundi	1993	1	0	0	1
Camarões	1963	3	1	1	5
Costa Marfim	1963	0	1	0	1
Djibuti	1984	0	0	1	1
Egipto	1910	7	7	10	24
Eritreia	1999	0	0	1	1
Etiópia	1954	18	6	14	38
Gana	1952	0	1	3	4
Marrocos	1959	6	5	10	21
Moçambique	1979	1	0	1	2
Namíbia	1991	0	4	0	4
Níger	1964	0	0	1	1
Nigéria	1951	2	9	12	23
Quênia	1955	22	29	24	75
Senegal	1963	0	1	0	1
Sudão	1959	0	1	0	1
Tanzânia	1968	0	2	0	2
Togo	1965	0	0	1	1
Tunísia	1957	2	2	3	7
Uganda	1956	2	3	2	7
Zâmbia	1964	0	1	1	2
Zimbabué	1980	3	4	1	8

A Etiópia (38), o Egipto (24), a Nigéria (23), Marrocos (21) e a Argélia (14) seguem, por esta ordem, na classificação dos grandes triunfadores Africanos nos Jogos Olímpicos.

Por regiões Africanas a situação é a seguinte:

- Oriental: 125 medalhas (Quênia – 75, Etiópia – 38, Uganda – 7);
- África Austral: 86 medalhas (África do Sul – 70, Zimbabué – 8, Namíbia – 4);
- África Setentrional: 66 medalhas (Egipto – 24, Marrocos – 21, Argélia – 14, Tunísia 7);
- África Ocidental: 35 medalhas (Nigéria – 21, Gana -4);
- África Central: 5 medalhas (Camarões – 5);

² Comitês Olímpicos Nacionais

- A África Oriental, 125 medalhas, é a zona do continente Africano com o maior quinhão de medalhas por força das prestações do Quênia (75), Etiópia (38) e Uganda (7);
- A África Austral, onde se situa Angola, ocupa o 2º lugar com 86 medalhas, devido ao enorme contributo da África do Sul (70) em parceria com Zimbabué (8) e Namíbia (4);
- A África do Norte (66), África Ocidental (35) e África Central (5) seguem-se na classificação;
- Infelizmente, Angola não faz parte da estatística do medalheiro olímpico. Angola não aparece neste quadro porque nunca conquistou medalhas nos Jogos Olímpicos, o que a coloca na cauda da lista neste tipo de avaliação.

Considerando as medalhas conquistadas por modalidade desportiva temos que a África do Sul ganhou a sua primeira medalha de ouro no Atletismo, em 1908, na cidade de Londres. A partir de então ganhou (16 de ouro, 15 de prata e 20 de bronze) num total de 51, até aos Jogos de Roma (1960), nas modalidades desportivas de Atletismo, Ténis, Ciclismo e Boxe. Seguiu-se um interregno de 12 anos. O País regressou ao pódio em Barcelona - 1992 (2), Atlanta-1996 (5), Sydney-2000 (5), Atenas-2004 (6), Beijing-2008 (1) e Londres-2012 (6) num total de mais 25 medalhas. É o mais longo historial de participações e conquista de medalhas de um país do continente africano em Jogos Olímpicos o que demonstra que a sua boa organização desportiva interna já vem de longa data.

5.3 Performance dos Países Africanos nos JO

A Etiópia ganhou a sua primeira medalha em Roma (1960), ao vencer a maratona. É o ponto de partida para uma sucessão de conquista de medalhas, sempre no Atletismo, que se vai prolongando através dos ciclos olímpicos.

Seguiu-se Tóquio-1964 (1), México-1968 (2), Munique-1972 (2), Moscovo - 1980 (4), Atlanta-1996 (3), Sydney-2000 (8), Atenas-2004 (7), Beijing-2008 (7) e Londres-2012 (7). Apresenta um total de 38 medalhas (18 de ouro, 6 de prata e 14 de bronze) o que faz com que seja a 3ª maior potência olímpica do continente africano. Um caso exemplar, que merece ser estudado, porque por detrás destes resultados haverá de certeza alguma estrutura organizativa responsável pelo bom trabalho desenvolvido e êxitos alcançados durante todos estes anos.

O Quênia não é somente a primeira potência olímpica de África, com 75 medalhas (22 de ouro, 29 de prata e 24 de bronze) mas, também, a 3ª potência mundial no Atletismo, apenas suplantada pelos Estados Unidos e Rússia. Se acrescentarmos que tudo isto sucede através dos resultados obtidos nas provas de corridas ainda se torna mais importante salientar o grande

aproveitamento do potencial humano num país sem os recursos materiais dos seus mais directos adversários. A escola de meio fundo e fundo de Atletismo do Quénia é, de certeza, a melhor do mundo. Nunca houve nada igual e temos sérias dúvidas que apareça algo semelhante nos tempos mais próximos. Uma verdadeira fábrica de produção de atletas de alto nível a partir do zero. Um exemplo a seguir pelos restantes países africanos. Apoiados por uma estrutura organizativa bem montada, com larga experiência, e patrocinados pelo COI e pela Federação Internacional de Atletismo (IAAF) mostram ao mundo do desporto como se pode desenvolver um projecto a partir da formação desportiva até à alta competição com grande sucesso.

Quadro nº2 Países Africanos: Medalhas por JO e por Modalidades

Local	Ano	Países	Ouro	Prata	Bronze	Total	Desportos
Atenas	1896						
Paris	1900						
S. Louis	1904						
Londres	1908	Afri. Sul	1	1	0	3	Atletismo
Estocolmo	1912	Afri. Sul	4	2	0	6	Ténis
Antuérpia	1920	Afri. Sul	3	4	3	10	Cicl.-Atle.
Paris	1924	Afri. Sul	1	1	1	3	Ténis
Amesterdão	1928	Afri. Sul	1	0	2	3	Atl.-Boxe
Los Angeles	1932	Afri. Sul	2	0	3	5	Boxe
Berlim	1936	Afri. Sul	0	1	0	1	Boxe
Londres	1948	Afri. Sul	2	1	1	4	Boxe
Helsínquia	1952	Afri. Sul	2	4	4	10	Boxe-Cicl.
Melb/Estoc.	1956	Afri. Sul	0	0	4	4	Boxe
Roma	1960	Afri. Sul	0	1	2	3	Boxe-Atl.
		Etiópia	1	0	0	1	Atletismo
Tóquio	1964	Quénia	0	0	1	1	Atletismo
		Etiópia	1	0	0	1	Atletismo
México	1968	Quénia	3	4	2	9	Atletismo
		Etiópia	1	1	0	2	Atletismo
Munique	1972	Quénia	2	3	4	9	Atletismo
		Etiópia	0	0	2	2	Atletismo
Montreal	1976						
Moscovo	1980	Etiópia	2	0	2	4	Atletismo
Los Angeles	1984	Quénia	1	0	2	3	Atletismo
Seul	1988	Quénia	5	2	2	9	Atletismo
Barcelona	1992	Afri. Sul	0	2	0	2	Tén.-Atl.
Atlanta	1996	Afri. Sul	3	1	1	5	Nat.-Atl.
		Quénia	1	4	3	8	Atletismo
		Etiópia	2	0	1	3	Atletismo
Sydney	2000	Afri. Sul	0	2	3	5	Atl.-Nat.
		Quénia	2	3	2	7	Atletismo
		Etiópia	4	1	3	8	Atletismo
Atenas	2004	Afri. Sul	1	3	2	6	Nat.-Atle.
		Quénia	1	4	2	7	Atletismo
		Etiópia	2	3	2	7	Atletismo
Beijing	2008	Afri. Sul	0	1	0	1	Atletismo
		Quénia	6	4	4	14	Atletismo
		Etiópia	4	1	2	7	Atletismo
Londres	2012	Afri. Sul	3	2	1	6	Natação
		Quénia	2	4	5	11	Atletismo
		Etiópia	3	1	3	7	Atletismo
TOTAIS:			69	65	73	207	

5.3.1 Países Africanos Sem Medalhas

Para o quadro que se segue fez-se a análise dos países africanos sem medalhas participantes em Jogos Olímpicos. África Ocidental ----- 10 países (78 participações) (média 7,8 participações);

- África Austral ----- 6 países (50 participações) (média 8,3 participações);
- África Central ----- 7 países (55 participações) (média 7,8 participações);
- África Oriental ----- 3 países (21 participações) (média 7 participações);
- África Setentrional --- 1 país (9 participações) (média 1 participação).

Quadro nº 3 Países Africanos sem Medalhas Participantes em JO

Países	CON (aprovação)	Participações	Região de África
Mali	1963	11	Ocidental
Libéria	1955	11	Ocidental
Chade	1964	10	Central
Congo	1964	10	Central
Madagáscar	1964	10	Austral (Sul)
Benim	1962	9	Ocidental
Guiné	1965	9	Ocidental
Lesoto	1972	9	Austral (Sul)
Líbia	1963	9	Setentrional (Norte)
Serra Leoa	1964	9	Ocidental
Botsuana	1980	8	Austral (Sul)
R. Centro Africana	1965	8	Central
R. Democrática do Congo	1968	8	Central
Gabão	1968	8	Central
Malawi	1968	8	Austral (Sul)
Swazilândia	1972	8	Austral (Sul)
Angola	1980	7	Austral (Sul)
Burkina Faso	1972	7	Ocidental
Guiné Equatorial	1984	7	Central
Gâmbia	1976	7	Ocidental
Mauritânia	1979	7	Ocidental
Ruanda	1984	7	Ocidental
Seychelles	1979	7	Ocidental
Somália	1972	7	Ocidental
Cabo Verde	1993	4	Ocidental
São Tomé e Príncipe	1993	4	Central
Guiné-Bissau	1995	4	Ocidental

O Mali (11), a Libéria (11), o Benim (9), a Guiné (9), a Serra Leoa (9), o Burkina Faso (7), a Gâmbia (7), a Mauritânia (7), Cabo Verde (4) e Guiné-Bissau (4) fizeram em conjunto 78 participações, o que dá uma média de 7,8 participações por país. É a realidade da Região Ocidental com pouca expressão em termos desportivos;

O Chade (10), o Congo (10), a República Centro Africana (8), a República Democrática do Congo (8), o Gabão (8), a Guiné Equatorial (7) e São Tomé e Príncipe (4) fazem parte da Região Central e tiveram no conjunto 55 participações o que corresponde a uma média de 7,8 exactamente a mesma que a região anterior, o que equivale a dizer que se encontram ao mesmo nível de participação/resultados do ponto de vista desportivo;

A África Austral, na qual está incluída Angola, apresenta um panorama também pouco credível através das suas 50 participações dos seguintes países: Madagáscar (10), Lesoto (9), Botsuana (8), Malawi (8), Swazilândia (8) e Angola (7) com uma média de 8,3 presenças por país, a mais alta taxa de todo o continente africano dos países não medalhados;

Somente 3 países da África Oriental ainda não conquistaram medalhas olímpicas, o Ruanda, Seychelles e Somália, que tiveram cada 7 participações (média 7), o que quer dizer que são uma exceção, pela negativa, na região mais medalhada de África;

Na Região Norte, ou Setentrional, apenas a Líbia não conseguiu qualquer medalha, através das suas 9 participações, o que nos leva a pensar que a organização interna do desporto, ou não existe, ou as suas preocupações de desenvolvimento são fictícias.

5.3.2 Países Africanos de Referência

Continuando, apresentamos no quadro abaixo países africanos que conquistaram medalhas olímpicas pelo que devem ser referência em termos de se conhecer realmente a situação desportiva africana.

Quadro nº 4 Países Africanos Medalhados como Referência para Angola

Local	Ano	Países	Ouro	Prata	Bronze	Desportos
Roma	1960	Gana	1	0	1	Boxe
Tóquio	1964	Nigéria	0	1	1	Boxe
		Gana	0	1	1	Boxe
México	1968	Uganda	1	1	2	Boxe
		Camarões	1	0	1	Boxe
Munique	1972	Nigéria	0	1	1	Boxe
		Uganda	1	0	2	Atl.-Boxe
		Gana	0	1	1	Boxe
Montreal	1976					
Moscovo	1980	Zimbabué	0	0	1	Hóquei
		Uganda	1	0	1	Boxe
Los Angeles	1984	Nigéria	1	1	2	Atl.-Boxe
		Camarões	0	1	1	Boxe
Seul	1988					
Barcelona	1992	Nigéria	3	1	4	Atl.-Boxe
		Gana	0	1	1	Futebol
		Namíbia	2	0	2	Atletismo
Atlanta	1996	Nigéria	1	3	6	Atl.-Fute.
		Uganda	0	1	1	Atletismo
		Namíbia	2	0	2	Atletismo
Sydney	2000	Nigéria	2	0	3	Atl.-Halt.
		Camarões	0	0	1	Futebol
Atenas	2004	Nigéria	0	2	2	Atletismo
		Zimbabué	1	1	3	Natação
		Camarões	0	0	1	Futebol
Beijing	2008	Nigéria	1	3	4	Atl-Fut-Taek.
		Zimbabué	3	0	4	Natação
		Camarões	0	0	1	Atletismo
Londres	2012	Uganda	0	0	1	Atletismo
TOTAIS:			21	19	51	

Seleccionámos 6 países africanos medalhados em Jogos Olímpicos, excluindo as 4 maiores potências olímpicas e os que se situam na região norte, que, ao longo das suas participações, desde Roma-1960, até aos nossos dias, marcaram todo um percurso de êxitos conseguidos através de trabalho e dedicação e que devem ser valorizados no contexto africano e servir de referência para aqueles que não são capazes ou, então, pouco fizeram para a valorização desportiva nacional.

A Nigéria com as suas 23 medalhas conquistadas nos jogos de Tóquio-1964 (1-Boxe), Munique-1972 (1 – Boxe), Los Angeles-1984 (2-Atletismo e Boxe), Barcelona-1992 (4 – Atletismo e Boxe) Atlanta-1996 (6-Atletismo e Futebol), Sydney-2000 (3- Atletismo e Halterofilia), Atenas-2004 (2- Atletismo), Beijing-2008 (4-Atletismo, Futebol e Taekwondo), apresenta uma regularidade notável que nos permite concluir que possui organizações desportivas a funcionar bem, que têm como objectivo prioritário a valorização da sua juventude e o prestígio nacional além-fronteiras.

Uganda, com as 7 medalhas conquistadas em Atletismo e Boxe, tem aproveitado a sua vizinhança com o Quénia, no que diz respeito ao Atletismo, mas não tão bem como a Etiópia. Embora sendo um país da região oriental não deixa de ser uma referência para quem quer construir algo aproveitando os bons exemplos ao pé da porta.

Os Camarões com 5 medalhas e Gana com 4 souberam desfrutar da proximidade da Nigéria e fazer algo pelo desporto conquistando, o primeiro, medalhas no Boxe, Futebol e Atletismo e, o segundo, no Boxe e Futebol. Pelo bom proveito que tiraram da influência de um grande vizinho merecem ser apontados como referências neste estudo.

Por último, escolhemos o Zimbabué e a Namíbia, porque integram o mesmo espaço regional africano de Angola, a África Austral, e que inclui a 2ª maior potência olímpica a África do Sul. O Zimbabué conquistou, em Moscovo-1980, uma medalha de ouro no Hóquei em Campo e 7 medalhas na Natação, em Atenas-2004, e Beijing-2008, o que é perfeitamente perceptível quando se beneficia de influências positivas. A Namíbia fez o aproveitamento no Atletismo conquistando 4 medalhas em Barcelona-1992 e Atlanta-1996. Resta saber se aquilo que se passou com estes 2 países não se resumiu a estes êxitos e nada mais tenha ficado como herança desportiva.

5.3.3 Ranking dos Países Africanos no Quadro das FI

Para se estabelecer uma ordenação, em termos qualitativos, no que concerne à realidade desportiva de cada país africano em função dos rankings elaborados pelas principais federações internacionais, optámos por somar as classificações individuais atribuídas e definir uma ordenação pautada sempre por quem melhor se situou no conjunto dos rankings.

Quadro nº 5 Ranking Mundial e Africano Elaborado pelas Federações

Países	FIFA	FIFA África	FIBA	FIBA África	IHF	IHF África	IRB	IRB África	IAAF	IAAF África	Região
Costa do Marfim	13°	1°	38°	5°			45°	9°			Ocidental
Gana	21°	2°							68°	12°	Ocidental
Mali	23°	3°	49°	8°							Ocidental
Nigéria +	31°	4°	17°	2°	46°	6°	90°	15°	63°	10°	Ocidental
Argélia	35°	5°	71°	15°	21°	3°			25°	5°	Norte
Tunísia +	42°	6°	22°	3°	18°	2°	42°	7°	81°	13°	Norte
Zâmbia	49°	7°					75°	11°	52°	8°	Sul
Zimbabué	102	27°					31°	3°			Sul
R.C. Africana	59°	9°	46°	7°							Centro
África Sul	60°	10°	68°	14°			2°	1°	22°	4°	Sul
Chade	154	41°	80°	19°							Ocidental
Camarões	65°	12°	43°	6°			80°	13°	66°	11°	Ocidental
Líbia	69°	13°	74	17°							Norte
Uganda	93°	24°					41°	6°			Ocidental
Egipto	71°	15°	60°	11°	15°	1°					Norte
Cabo Ver.	72°	16°	55°	10°							Ocidental
Togo	73°	17°	82°	23°							Ocidental
Marrocos+	77°	18°	50°	9°	31°	4°	33°	4°	14°	3°	Norte
R. D. Congo	79°	19°	80°	20°							Centro
Congo	80°	20°	82°	21°							Centro
Angola	91°	23°	15°	1°	42°	5°					Sul
Senegal	99°	25°	37°	4°			47°	10°	56°	9°	Ocidental
Moçambique	103	28°	65°	12°					37°	6°	Sul
Ruanda	135	38°	67°	13°							Ocidental
Gabão	82°	21°	73°	16°							Ocidental
Madagáscar	184	47°	75°	18°			43°	8°			Sul
Quênia	123	35°					37°	5°	3°	1°	Ocidental
Etiópia	106	29°							8°	2°	Ocidental
Namíbia	120	34°					23°	2°	50°	7°	Sul

Países com Ranking em 5 Federações internacionais:

- Nigéria (Ocidente), Tunísia (Norte), Marrocos (Norte);

Países com Ranking em 4 Federações Internacionais:

- Argélia (Norte), África Sul (Sul), Camarões (Centro), Senegal (Ocidente);

Países com Ranking em 3 Federações Internacionais:

- Costa do Marfim (Ocidente), Zâmbia (Sul), Egipto (Norte), Angola (Sul), Moçambique (Sul), Madagáscar (Sul). Quênia (Oriente), Namíbia (Sul).

Assim, no grupo dos países com rankings em 5 federações internacionais, obtivemos a seguinte valorização:

- Tunísia -----31 pontos
- Nigéria -----37 pontos
- Marrocos ----- 38 pontos

No grupo dos países com rankings em 4 federações internacionais a valorização foi:

- Argélia ----- 28 pontos
- África do Sul ----- 29 pontos

- Camarões ----- 42 pontos
- Senegal ----- 48 pontos

4 – Para aqueles que foram contemplados nos rankings de 3 federações internacionais encontrámos esta valorização:

- Costa do Marfim --- 15 pontos
- Zâmbia ----- 26 pontos
- Egipto ----- 27 pontos
- Angola ----- 29 pontos
- Quénia ----- 41 pontos
- Namíbia ----- 43 pontos
- Moçambique ---- 46 pontos
- Madagáscar ----- 63 pontos

5 – Se o factor de valorização pretendido fosse a média do conjunto de pontos atribuídos pelas respectivas federações internacionais

- Camarões ----- 10.5
- Senegal ----- 12.0
- Quénia ----- - 13.6
- Namíbia ----- 14.3
- Moçambique ----- 15.3
- Madagáscar ----- 21.0

Ao analisarmos o comportamento desportivo das selecções nacionais, no âmbito das suas participações em provas internacionais do desporto federado, verificamos a existência de uma lógica algo diferente. Os rankings elaborados pelas federações internacionais, que são susceptíveis de frequentes alterações em função dos resultados obtidos anualmente, quando analisados em termos globais, reflectem o estado da nação desportiva num dado momento. Trata-se de um diagnóstico do desporto federado de alta competição. Não se refere ao trabalho de desenvolvimento desportivo que está ou não a ser realizado. É Claro, que o trabalho efectuado com os escalões de formação vai sempre ter efeitos benéficos no sistema competitivo do rendimento desportivo.

Angola neste tipo de avaliação, como se pode verificar neste quadro, encontra-se relativamente bem posicionada no ranking do Continente Africano. O que se torna necessário é saber se o trabalho de base está a ser realizado, e aí, temos muitas dúvidas e preocupações. Ainda não encontrámos nenhum projecto de desenvolvimento desportivo de âmbito nacional ou provincial digno do seu nome.

5.3.4 Campeonato do Mundo de Atletismo: Moscovo 2013

Para corroborar o nosso estudo, relativamente a análise da situação desportiva no contexto angolano, e em África, aplicamos a mesma metodologia com incidência para o Campeonato do

Mundo de Atletismo, um evento desportivo realizado recentemente e, tal como concluímos, nos parágrafos anteriores, de que as políticas públicas planeadas no sector do desporto angolano são mal implementadas senão inexistentes.

Quadro nº 6 Camp. Do Mundo de Atletismo Moscovo (2013)

Países	Participantes		Medalhas				Avaliação
	Masculino	Feminino	Ouro	Prata	Bronze	Total	
Quénia	28	20	5	4	3	12	Excelente
Etiópia	22	24	3	3	4	10	Excelente
Nigéria	7	11	0	1	1	2	Muito Bom
C. Marfim	2	1	0	2	0	2	Muito Bom
África do Sul	22	6	0	0	1	1	Bom
Uganda	10	2	1	0	0	1	Bom
Botswana	6	5	0	1	0	1	Bom
Djibouti	1	0	0	0	1	1	Bom
Marrocos	13	8	0	0	0	0	Satisfaz
Argélia	8	3	0	0	0	0	Satisfaz
Eritreia	9	1	0	0	0	0	Satisfaz
Namíbia	1	5	0	0	0	0	Satisfaz
Senegal	2	3	0	0	0	0	Satisfaz
Egipto	3	1	0	0	0	0	Satisfaz
Tunísia	4	0	0	0	0	0	Satisfaz
Lesotho	3	0	0	0	0	0	Satisfaz
Zâmbia	2	1	0	0	0	0	Satisfaz
Tanzânia	2	0	0	0	0	0	Satisfaz
Zimbabué	2	0	0	0	0	0	Satisfaz
Ruanda	2	0	0	0	0	0	Satisfaz
Total	149	91	9	11	10	30	

Tal facto justifica, por si só, pelos dados apresentados no quadro a seguir, que não traduzem qualquer resultado positivo a nível das competições internacionais para Angola no que diz respeito para as modalidades individuais.

Este grupo de 20 países teve uma participação de 240 atletas (149 masculinos e 91 femininos) através da obtenção de marcas mínimas, o que já é um aspecto relevante.

Destes 20 países 8 conquistaram medalha (9 de ouro, 11 de prata e 10 de bronze) o que é sempre um factor de excelência.

Se reunirmos o elevado número de participações à obtenção de um considerável número de medalhas, podemos afirmar que o Quénia e a Etiópia são as duas maiores potências Africanas no Atletismo e estão entre as melhores à escala mundial.

Estes resultados são fruto de um projecto de desenvolvimento do Atletismo que tem por base a existência e bom funcionamento de Centros de Treino de Alto Rendimento da modalidade e a boa organização das federações responsáveis.

Este trabalho não é de agora, já tem alguns anos de existência, pelo que não entendemos porque este exemplo não é seguido por outros países.

Quadro nº 7 Camp. Do Mundo de Atletismo Moscovo (2013) – Especiais

Avaliação dos Países Africanos que participaram em condições especiais

Países	Participantes		Prova	Avaliação
	Masculino	Feminino		
Angola	1		800m	Não satisfaz
Benim	1		200m	Não satisfaz
Burkina Faso	1		100m	Não satisfaz
Burundi	1		800m	Não satisfaz
Camarões	1		100m	Não satisfaz
Cabo Verde	1		100m	Não satisfaz
Chade	1		5.000m	Não satisfaz
Comores	1		400m barreiras	Não satisfaz
Congo	1		100m	Não satisfaz
Gabão	1	1	100m-100m	Não satisfaz
Gâmbia	1		100m	Não satisfaz
Gana		1	200m	Não satisfaz
Guiné	1		1.500m	Não satisfaz
Guiné Equatorial	1		800m	Não satisfaz
Guiné Bissau	1		100m	Não satisfaz
Madagáscar	1	1	Decatlo-1.500m	Não satisfaz
Malawi	1		5.000m	Não satisfaz
Maurícia	1		Tripla salto	Não satisfaz
Mali	1		800m	Não satisfaz
Mauritânia	1		400m	Não satisfaz
Moçambique	1		1.500m	Não satisfaz
Níger	1		1.500m	Não satisfaz
R.C. Africana		1	800m	Não satisfaz
R.D. Congo	1		100m	Não satisfaz
Seychelles	1		200m	Não satisfaz
Serra Leoa	1		200m	Não satisfaz
Somália	1		1.500m	Não satisfaz
S. Tomé e Príncipe	1		100m	Não satisfaz
Sudão	1		Salto em altura	Não satisfaz
Swazilândia		1	400m	Não satisfaz
Togo	1		200m	Não satisfaz

Neste grupo de 31 países participaram 28 atletas masculinos e 5 femininos, verificando-se assim uma enorme diferença entre sexos, o que já é um primeiro sintoma de desigualdade no projecto de desenvolvimento da modalidade.

Face à reduzida participação destes países ficamos com sérias dúvidas da existência local de organismos desportivos que apresentem, no mínimo, uma calendarização de actividades sistematizada no tempo, ou seja, uma época desportiva bem organizada.

O Atletismo deveria ser uma modalidade prioritária no desenvolvimento desportivo de qualquer País, pois engloba um conjunto de desportos fundamentais para o desenvolvimento motor das crianças, já que a correr, saltar e lançar são os gestos mais naturais do ser humano, não só como possibilita que mais facilmente pode-se conquistar medalhas por se tratar de uma modalidade que pode ser disputada individualmente permitindo a participação de vários atletas nas diversas categorias.

6 Geoestratégia do Desporto Angolano

Da conjugação do ponto de vista interno, entre forças e fraquezas e do ponto de vista externo, entre as ameaças e as oportunidades são determinadas respectivamente as competências distintivas e as vantagens competitivas, que, do ponto de vista do planeamento, possibilitam a determinação dos factores de desenvolvimento críticos de sucesso. O modelo SWOT é desenvolvido em sete etapas:

- Estabelecer o perfil da organização: Domínio de actividade, zona geográfica, posição concorrencial, orientação dos dirigentes;
- Identificar e avaliar os factores do ambiente: Factores económicos, políticos, sociais, demográficos, produtivos, tecnológicos, comerciais e concorrenciais;
- Estabelecer uma previsão e fazer uma avaliação para o futuro dos diferentes factores do ambiente;
- Determinar as forças e as fraquezas nos domínios da gestão, da organização, da produção, do financiamento, do marketing e dos demais elementos internos tais como, por exemplo o aprovisionamento e os transportes;
- Estabelecer o conjunto das soluções estratégicas, decorrentes do cruzamento das etapas 2 e 3 (ameaças e oportunidades), com a etapa 4 (forças e fraquezas);
- Fazer as escolhas estratégicas tendo em consideração as táticas e as acções a desencadear;
- Avaliar a pertinência das escolhas e estabelecer planos de contingência.

Apesar de este modelo ter tido um enorme sucesso e hoje ser aplicado em inúmeros domínios existem algumas críticas de que tem sido objecto:

- Análise demasiado global;
- Quantidade de informação necessária;
- O diagnóstico embora apresente sugestões, não fornece instrumentos de decisão operacional;
- A análise é fundamentalmente dirigida para situações de produção.

Portanto, são estas as variáveis que vamos considerar para a elaboração de um projecto determinante do modelo de desenvolvimento do desporto para a República de Angola.

6.1 Potencialidades

Há poucos países africanos tão ricos em recursos naturais como Angola. As potencialidades de crescimento do país ficaram amplamente demonstradas durante os últimos anos do período colonial, embora houvesse grandes desigualdades na distribuição da riqueza e no acesso aos recursos. No entanto, desde o fim do período colonial, houve uma estagnação ou um declínio de quase todos os sectores da economia, à excepção da indústria petrolífera. Na maior parte dos casos, verificou-se uma queda acentuada da produção, provocada pelos choques que acompanharam a independência e a eclosão da guerra, a que se seguiu um longo período de estagnação, alternando com períodos de ligeira recuperação e novo declínio que reflectiram as alterações ao nível da situação político-militar ou dos preços do petróleo no mercado internacional. Angola tem experimentado ultimamente anos sucessivos de crescimento económico, possui importantes recursos naturais e a paz e estabilidade estão em consolidação. Apesar destes elementos encorajadores, a economia e a sociedade angolana são altamente dependentes do ouro negro, da ajuda e da cooperação internacional (Hodges, 2002).

Do ponto de vista externo, o desporto angolano deve ser visto e analisado no quadro da geoestratégia da afirmação do País no quadro das nações. A análise a efectuar deve ser vista a três níveis geoestratégicos de preocupações:

- Num primeiro nível considera-se que Angola tem uma zona de influência natural junto dos países subsarianos muito embora países como a África do Sul, República do Congo ou, entre outros, a Nigéria reivindicuem também a afirmação de uma supremacia política, económica e cultural sobre a região;
- A um segundo nível a afirmação de Angola através do desporto, conforme se verifica no quadro pode ser conseguida através dos Países de Língua Portuguesa e dos seus parceiros. Por exemplo, estão neste caso Portugal com a abertura ao espaço Europeu ou o Brasil com a abertura ao espaço Sul-americano;
- Finalmente, a um terceiro nível a afirmação de Angola através do desporto deve ser realizada a uma escala planetária. Neste domínio, o desporto pode ser instrumento como nenhum outro na medida em que resultados desportivos obtidos a nível de campeonatos do mundo e dos Jogos Olímpicos podem projectar o País para patamares de prestígio como nenhuma outra actividade humana o consegue com tanta eficácia e eficiência.

6.2 Diplomacia

O desporto, enquanto instrumento de “*soft power*”, quer directa, quer indirectamente, pode fazer parte de uma estratégia de afirmação de Angola junto dos países subsarianos desde que para isso sejam elaborados os projectos e os programas necessário apara se atingir esse desiderato. Claro que esses programas devem partir de uma forte e bem estruturada estrutura desportiva nacional que, do ponto de vista externo, possa suportar as grandes opções políticas do País.

Assim sendo, diremos que as políticas públicas a desenvolver internamente, para além de terem de satisfazer as necessidades das populações e corrigirem assimetrias regionais e sociais, devem ter em atenção uma afirmação geoestratégica de afirmação Angola no Mundo.

6.3 Cultura

Angola é um caldeirão influenciado por várias culturas e capaz de harmonizar diversas etnias, religiões e com mais de seis dialectos. A história de Angola remonta ao período do paleolítico. Os vestígios de presença humana encontrados em algumas regiões, nomeadamente em Luanda, Congo e Namibe, comprovam que o território angolano é habitado desde a pré-história. Nos primeiros 500 anos da era actual, as migrações de povos eram frequentes. Os povos instalaram-se e cruzaram-se pelo país. As lutas sucederam-se pela conquista de terras. Os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, no reinado de D. João II, chegaram ao Zaire em 1484. Iniciaram, então, a conquista desta região de África, incluindo Angola.

A história enche-se de marcos importantes até à actualidade, com a colonização, a independência, obtida em 1975, e a guerra civil, que apenas teve fim em 2002, a assinalarem períodos chave da evolução do país.

À semelhança do que se passa na generalidade do continente africano, a música, a dança e o teatro, têm laços ancestrais, pelo que as manifestações culturais apresentam uma dinâmica **holística** onde interagem as mais diversas formas de expressão artística que traduzem uma síntese cultural, que revela, em última análise, um diálogo secular entre a Europa e o continente africano que se expressa num profundo sentido estético entre dois mundos que só aparentemente estão distantes e são diferentes.

A cultura angolana, como a cultura africana em geral, continua a ser apenas associada à arte tradicional. É uma falsa ideia. Angola sobretudo no período colonial produziu excelentes trabalhos de arquitectura, acompanhando o que há de melhor no mundo.

A riqueza cultural de Angola manifesta-se em diferentes áreas. No artesanato, destaca-se a variedade de materiais utilizados. Através de estatuetas em madeira, instrumentos musicais,

máscaras para danças rituais, objectos de uso comum, ricamente ornamentados, pinturas a óleo e areia, é comprovada a qualidade artística angolana, patente em museus, galerias de arte e feiras. Associado às festas tradicionais promovidas por etnias locais está também um grande valor cultural. A música anuncia a riqueza artística de Angola, com os ritmos do *Kizomba*, *Semba*, *Rebita*, *Cabetula* e os novos estilos, como o *Zouk* e *Kuduro*, a animar as noites africanas. As danças tradicionais assumem, paralelamente, particular relevância, a par da gastronomia rica e variada. A literatura angolana tem origem no século XIX, com uma função marcadamente “intervencionista e panfletária de uma imprensa feita pelos nativos da terra” (Angola Digital). A literatura reflecte a riqueza cultural do país.

Em 1935, o romance “O segredo da morta”, de António Assis Júnior, atinge uma notoriedade significativa, assinalando um ano de viragem. No decorrer das décadas seguintes outras obras e autores se afirmam, contribuindo para a diversidade temática. Em Portugal, escritores como José Eduardo Agualusa fazem parte da moderna literatura de origem angolana. Outros nomes, como Ondjaki, integram a nova geração de escritores do país.

A geração dos anos 50, em volta da revista *Mensagem*, fará realçar nomes como Agostinho Neto, Viriato da Cruz e António Jacinto, que deram continuidade a essa tradição de luta, pois os seus poemas foram decisivos para ajudar a conformar a consciência de gerações inteiras para a necessidade de resistência contra a dominação colonial e pela afirmação nacional.

Nos anos seguintes, autores como Óscar Ribas, Luandino Vieira, Arnaldo Santos, Uanhenga Xitu e Mário António, entre alguns outros, vão recriando uma linguagem que tornava reconhecíveis na palavra escrita modos de ser, pensar e agir que aos angolanos diziam respeito, contribuindo para a difusão e consolidação de uma identidade própria.

Após a Independência do país, com a formação da União dos Escritores Angolanos, multiplica-se a actividade editorial, revelando ou, nalguns casos, consagrando a obra dos poetas Arlindo Barbeitos, David Mestre e Ruy Duarte de Carvalho, e dos prosadores e ficcionistas Henrique Abranches, Manuel Rui Monteiro e Pepetela, que ganhou o prémio Camões, máximo galardão literário em língua portuguesa. Todos eles, a um nível de maior elaboração estética e literária, questionam os rumos do país e ajudam a forjar uma nova sensibilidade (no caso dos poetas) e a recriar uma consciência crítica do todo nacional (no caso dos prosadores).

A incipiente literatura dramática continua praticamente inexpressiva, havendo a registar desde a Independência a publicação de obras de apenas nove autores: José Mena Abrantes (12 obras), Pepetela, Domingos Van-Dúnem e Trajano Nankhova (duas obras cada um); e, com uma única obra, Henrique Guerra, Manuel dos Santos Lima, Costa Andrade, João Maimona e Casimiro Alfredo.

É, no entanto, no plano da música e das artes plásticas que a extrema diversidade da herança nacional se revela com mais intensidade. Quase todos os povos e grupos étnicos angolanos dispõem de um riquíssimo acervo de músicas e danças, que integram com naturalidade o seu quotidiano e agir social, prolongando e recriando de forma praticamente anónima tradições muito antigas. O mesmo se pode dizer da pintura mural e da escultura e estatuárias artesanais.

Paralelamente, sobretudo nas áreas urbanas, muitos músicos e artistas plásticos utilizam em maior ou menor grau essas manifestações como base de inspiração para a criação de músicas e obras individualizadas, cuja influência interna e projecção internacional não cessam de aumentar. É justo referir, no plano da música, o trabalho pioneiro (anos 50) do agrupamento *Ngola* Ritmos de Liceu Vieira Dias e, no plano das artes plásticas, a partir dos anos 60, a produção de Viteix e António Ole.

Mais modernamente, continuam dignas de registo no plano musical a constância criativa e o apego às raízes de Lourdes Van-Dúnem, Kituxi e Elias diá Kimuezo, consagrado como "O Rei da música angolana", a memória de uma Luanda suburbana e provocadora em Barceló de Carvalho "Bonga", a pujança de voz e a visão solidária de Rui Mingas, o resgate rigoroso de antigas sonoridades em Mário Rui Silva, o saudosismo e a ternura pelas coisas simples da vida em Teta Lando, o sentimento desencantado das novas gerações em Paulo Flores, Eduardo Paím, o convívio entre a tradição e a modernidade em Filipe Mukenga, Mito Gaspar, Wyza e Carlitos Vieira Dias. O leque não é tão vasto ao nível das artes plásticas, onde além de Viteix e Ole, símbolos maiores duma pintura moderna com raízes na tradição, apenas alguns nomes foram trilhando percursos originais, como é o caso de Jorge Gumbe, Francisco Van-Dúnem Van, Augusto Ferreira e Fernando Alvim. Existe, no entanto, a esperança de que se consolide a obra de alguns outros nomes que têm estado a afirmar-se nos últimos tempos, como Álvaro Macieira, Don Sebas Cassule, Gongga e Paulo Jazz.

No capítulo da dança, apenas Ana Clara Guerra Marques e sua Companhia de dança Contemporânea, e posteriormente a *Dançarte*, buscaram de forma criativa a possível coabitação entre a dança tradicional e a contemporânea, limitando-se a maioria dos outros grupos a reproduzir até à exaustão ritmos e movimentos coreográficos que se tornam monótonos e perdem o seu sentido fora dos espaços originais em que surgiram. A excepção foi durante muito tempo constituída pelo Grupo *Kilandukilo* e pelo Ballet Nacional de Angola, que, de algum modo, foram procurando resgatar e preservar as danças tradicionais das várias regiões do país.

O mesmo desfasamento existiu durante muito tempo ao nível do teatro representado, o qual se limitava a transpor para o palco rituais e cerimónias, que se descaracterizavam nesse processo, ou a reproduzir as mesmíssimas situações, com os mesmos personagens, quase sempre confinadas às

áreas rurais e sem qualquer ligação com as vivências dos espectadores que assistiam a essas representações.

Em Angola algo tem estado a mudar nos últimos anos, com o surgimento e uma maior visibilidade de diferentes grupos, sobretudo na capital do país, mas continua a não existir teatro profissional nem condições para o materializar. Os únicos grupos, todos eles amadores, que conseguiram manter uma mínima capacidade produtiva e sobreviver para além dos dez anos de vida foram o Grupo Experimental de Teatro do Ministério da Cultura, o Oásis, o Horizonte *Njinga Mbande*, o *Julú*, o *Etu-Lene* e o *Elinga-Teatro*, quase todos eles já com uma mínima presença em festivais no exterior. A terminar, uma referência ao cinema, cuja produção havia sido praticamente enterrada em meados dos anos 80, depois de um começo relativamente prometededor, que começou a ressurgir nesses últimos três anos com a produção de três longas-metragens. Na cidade vazia, de Maria João Ganga, O herói, de Zezé Gamboa, e O comboio da Canhota, de Orlando Fortunado, as duas primeiras vencedoras de importantes prémios internacionais. Os seus maiores cultores no passado foram Ruy Duarte de Carvalho e António Ole, já referidos quando falámos, respectivamente, da literatura e de artes plásticas. No ano 2000, o Governo instituiu o Prémio Nacional de Cultura e Artes para premiar a excelência dos seus melhores criadores, que vem mantendo a regularidade das suas edições.

Tudo isto, é claro, sem esquecer o Carnaval, tida como a maior manifestação cultural do País.

A peça designada Pensador é uma das mais belas esculturas de origem *Chókue*, constituindo hoje o referencial cultural inerente a todos os angolanos, visto tratar-se do Símbolo da Cultura Nacional. Olhando para esta escultura, misturam-se os sentimentos mais diversos e, tentar exprimir a emoção que ela provoca, a estética que lhe é intrínseca, sugere interrogar como admirá-la: se com olhar de alguém endógeno ao grupo que assumiu como símbolo da sua cultura, ou admirá-la como alguém capaz de livremente interpretar a sua estética e tecer opiniões a respeito.

As premissas interligam-se e prevalece a importância de perceber o Pensador no seu contexto, não perdendo de vista que, quanto melhor se conhece esta peça, melhor se poderá falar dela e novos elementos de análise vão surgindo. Ela representa a figura de um ancião, que pode ser uma mulher ou um homem. Concebida simetricamente, face ligeiramente inclinada para baixo, dimana um subjectivismo intencional.

Em Angola, os idosos ocupam um estatuto privilegiado. Eles representam a sabedoria, a experiência de longos anos, os conhecedores dos segredos da vida.

A dinâmica emprestada a esta peça reflecte o alto conhecimento e a intenção estética do seu autor (anónimo), que foi capaz de lhe conferir o equilíbrio do gesto calmo, tranquilo, sereno e a

harmonia da mensagem mais ou menos enfatizada na utilização dos espaços abertos e fechados, de tal maneira humanizada, que acreditamos por isso estar em presença de uma das mais belas obras de arte jamais concebidas.

Esta peça trata-se do segundo estudo escultórico elaborado a partir do original, furtado das colecções do Museu Nacional de Antropologia, por acções de pirataria de arte.

As célebres cerimónias dos *Bakamas do Tchizo*, no norte de Angola é uma das artes tradicionais mais conhecidas. De origem étnica bantu, é um grupo ritual tradicional que possibilita a interacção entre o povo vivo e os espíritos ocultos dos deuses e dos antepassados, assegurando assim a reconciliação entre os mortos e os vivos.

De igual modo uma das mais importantes manifestações culturais do país é a música e a dança. A música tradicional tem características bantu e influência portuguesa principalmente em Luanda, capital e maior cidade de Angola, é o berço de diversos estilos como o *Merengue*, *Kazukuta*, *Kilapanda* e o *Semba*. Na ilha ao largo da costa de Luanda nasce a *Rebita*, um estilo que tem por base o acordeão e a harmónica. Há quem defenda que o próprio fado tem origem em Angola.

A música comercial tem raízes na música tradicional, mas muitas vezes usando ritmos e tecnologias importadas de outras culturas. O *Kizomba* é um dos tipos de música comercial mais conhecido é originária do *Semba*. Não é apenas música de dança mas tem frequentemente uma letra com grande conteúdo social e como tal é, normalmente criada para acompanhar cerimónias sociais.

Os jogos tradicionais também fazem parte da diversidade cultural angolana e são uma prática popular que se desenvolve em todo o país. De entre os numerosos jogos tradicionais, alguns são específicos em determinadas regiões a sua prática ligada às cerimónias tradicionais e religiosas assim como existem jogos específicos que são praticados de acordo com o grupo étnico e do género.

Embora estes jogos façam parte do desporto para todos, a sua promoção e divulgação é exígua sendo apenas conhecido o levantamento e registo de alguns jogos tradicionais como a *Esaka* e o *Kiela*.

Angola está inserida num espaço e numa comunidade lusófonas pelo que a sua cultura apresenta traços de grande proximidade com esta comunidade. Esta proximidade manifesta-se através da língua bem como nas mais diversas manifestações culturais e artísticas.

A respeito da cultura, o desporto à luz do princípio da teleologia funcional obriga a que o Estado através do governo defina e determine o que quer fazer com ele sob pena de o desporto não servir para nada. Bem como o princípio da autodeterminação e independência no que diz respeito

(1) às finalidades que determinem a razão da sua existência, (2) aos objectivos e metas que se devem procurar atingir, aos meios e processos de actuação.

6.4 Quadro das Nações Africanas

Do ponto de vista externo, o desporto angolano deve ser visto e analisado no quadro da geoestratégia da afirmação do País no quadro das nações. A análise a efectuar deve ser vista a três níveis geoestratégicos de preocupações.

Figura N°1



Num primeiro nível, considera-se que Angola tem uma zona de influência natural junto dos países subsarianos muito embora países como a África do Sul, República do Congo ou, entre outros, a Nigéria, reivindicuem também a afirmação de uma supremacia política, económica e cultural sobre a região. O desporto, enquanto instrumento de “softpower”, quer directa quer indirectamente pode fazer parte de uma estratégia de afirmação de Angola junto dos países subsarianos desde que, para isso, sejam elaborados os projectos e os programas necessários para se atingir esse desiderato.

Claro que esses programas devem partir de uma forte e bem estruturada valorização desportiva nacional que, do ponto de vista externo, possa suportar as grandes opções políticas do País.

Num segundo nível a afirmação de Angola através do desporto, conforme se verifica no quadro nº 8, pode ser conseguido através dos Países de Língua Portuguesa e dos seus parceiros. Por exemplo, estão neste caso Portugal com a abertura ao espaço Europeu ou o Brasil com a abertura ao espaço Sul-americano.

África – Divisão Regional

- África Setentrional ou África do Norte
- África Ocidental
- África Central
- África Oriental
- África Austral ou Meridional

Quadro nº 8 Países Africanos

África Setentrional ou do Norte	África Ocidental	África Central	África Oriental	África Austral ou Meridional
Argélia	Benim	Camarões	Burundi	África do Sul
Egipto	Burkina Faso	Chade	Djibouti	Angola
Líbia	Cabo Verde	Congo	Eritreia	Botswana
Marrocos	Gâmbia	Gabão	Etiópia	Comores
Saara Ocidental	Costa do Marfim	Guiné Equatorial	Quénia	Lesoto
Tunísia	Gana	República Centro Africana	Ruanda	Madagáscar
	Guiné	República Democrática do Congo	Seychelles	Malawi
	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Somália	Maurícia
	Libéria		Tanzânia	Moçambique
	Mali		Uganda	Namíbia
	Mauritânia		Sudão	Suazilândia
	Níger			Zâmbia
	Nigéria			Zimbabwe
	Senegal			
	Serra Leoa			
	Togo			

Finalmente, a afirmação de Angola através do desporto deve ser realizada a uma escala planetária. Neste domínio, o desporto pode ser instrumento como nenhum outro na medida em que resultados desportivos obtidos a nível de campeonatos do mundo e dos Jogos Olímpicos podem projectar o País para patamares de prestígio como nenhuma outra actividade humana o consegue com tanta eficácia e eficiência.

Figura Nº2

Assim sendo diremos que as políticas públicas a desenvolver internamente para além de terem de satisfazer as necessidades das populações e corrigirem assimetrias regionais e sociais, devem ter em atenção uma afirmação geoestratégica de afirmação Angola no Mundo.

6.5 Um Grande Desígnio para o Desporto

Se, do ponto de vista externo, o desenvolvimento do desporto deve estar ao serviço do desenvolvimento do próprio País, do ponto de vista interno, deve ser definido um grande desígnio capaz de mobilizar o interesse das populações e, disciplinar os grandes projectos a desencadear considerando um horizonte temporal a vários Ciclos Olímpicos.

Tendo em atenção a previsão das candidaturas bem como o que eventualmente pode acontecer relativamente à atribuição dos Jogos Olímpicos, Angola poderá estar em condições de se candidatar à realização dos Jogos Olímpicos tendo como primeiro objectivo o ano de 2036. É natural que o ano de 2032 não possa ser conseguido na medida em que, geralmente, os países antes de conseguirem a realização dos Jogos Olímpicos concorrem, pelo menos, duas vezes. Contudo, a data mítica deve ser 2032 que está suficientemente próxima para gerar uma dinâmica de interesse

nacional mas está, também, suficientemente longe para permitir entretanto o necessário desenvolvimento de que o País necessita.

Figura Nº3



Assim sendo, do ponto de vista interno, a existência de um Movimento Desportivo angolano, fortemente participado por uma sociedade civil, pujante de desenvolvimento e de progresso, e, decididamente, enquadrado por uma vontade nacional a nível da Presidência e do Governo capazes de através da determinação de um grande objectivo nacional mobilizar as populações, corrigir as assimetrias e promover a justiça social, é um factor de primordial importância para a afirmação de uma consciência colectiva nacional, bem como para projectar o País no quadro das nações.

6.6 Formação de Quadros

A formação de recursos humanos para o desporto angolano deve processar-se tendo em atenção três frentes estratégicas:

- Formação de professores de Educação Desportiva para os ensinos básicos e secundário;
- Formação de técnicos desportivos e juízes árbitros (a articular com o modelo europeu) bem como das diversas especialidades relacionadas com a saúde dos atletas;
- Formação de dirigentes e gestores de desporto.
- Professores de Educação Desportiva

Quanto à formação de professores de Educação Desportiva para os Ensinos Básico e Secundário, debaixo da superintendência do Comité para a Revitalização da Educação Física e do Desporto Escolar, está a decorrer o “Plano Especial de Bacharelato em Educação Física e Desporto”

precisamente com o objectivo de dar formação aos docentes que, nos Ensinos Básico e Secundário, ministram a disciplina de Educação Física sem um diploma formal e oficial para o efeito.

6.7 Formação de Técnicos Desportivos

Quanto à formação de técnicos desportivos é necessário estruturar do ponto de vista conceptual os currículos necessárias à obtenção de diplomas de treinadores de vários níveis e nas diversas modalidades desportivas estrategicamente definidas pela tutela política.

O quadro conceptual em questão deve quanto possível seguir um modelo internacional, a fim de que os técnicos angolanos, para além de possuírem um nível de formação semelhante, possam circular para espaços geográficos que não se confinem tão-somente a Angola ou ao continente africano.

6.8 Formação de Gestores de Desporto

Quanto à formação de dirigentes e gestores de desporto é necessário conceber uma estrutura de conhecimentos que enquadre as grandes problemáticas de enorme complexidade política, económica e social em que o desporto hoje se desenvolve à escala mundial.

A formação de quadros humanos no domínio da gestão do desporto tendo em vista a formalização de comportamentos é uma opção estratégica de grande significado no que diz respeito à organização do futuro.

Esta formação, de acordo com o espírito e a letra da Carta Olímpica, deve cumprir três requisitos fundamentais:

- Sistematizar um conjunto de conhecimentos a utilizar no domínio da gestão das organizações e dos sistemas desportivos;
- Construir uma linguagem comum que permita um melhor entendimento e cooperação entre as várias organizações que interagem no sistema desportivo;
- Promover uma cultura de competição enquanto apanágio de uma educação olímpica impulsionadora de excelência e de progresso.

6.9 Educação e Competição Desportiva

É necessário começar a construir, para os estabelecimentos dos Ensino Básico e do Secundário, um programa curricular de prática desportiva que, por um lado, permita à população escolar, e não só, a aquisição de hábitos desportivos, e estilos de vida saudáveis, por outro, proporcionar àqueles que demonstrem capacidades e vontade para evoluírem no percurso da alta

competição, com o objectivo de impulsionar uma cultura desportiva geradora de um forte espírito competitivo para projectar Angola na senda do desenvolvimento e do progresso.

Quadro nº 9 Modelo de Formação e Competição Desportiva

Anos		Da Educação à Competição Desportiva		
Idade	Escolar	Etapas Formação	Ensino / Competição	Sociedade
Etc.				
17	12º	Especialização Desportiva	Especializado Competição Nacional Internacional	→ Jogos Olímpicos
16	11º			
15	10º			
14	9º			
13	8º	Orientação Desportiva	Ensino orientado Competições	→ Jogos africanos
12	7º			
11	6º	Iniciação Desportiva	Ensino eclético	→ Competições federadas
10	5º			
9	4º	Desenvolvimento motor	Jogos e Jogos préesportivos	→ Desporto inorganizado
8	3º			
7	2º			
6	1º			

Nesta conformidade, impõe-se, de uma forma sustentada, extrapolar para o nível nacional avançando-se para a institucionalização nos Ensinos Básico e Secundário da Disciplina do Desporto Escolar que, por um lado, através de programas devidamente definidos, articulados e sistematizados de acordo com as especificidades etárias dos alunos, responda ao normal processo de ensino aprendizagem do desporto e, por outro, proporcione à população escolar quadros competitivos promotores de uma verdadeira cultura desportiva que tenha continuidade no Movimento Desportivo e se projecte na vida de cada um, através dos Clubes e das Federações Desportivas bem como do chamado desporto inorganizado.

6.10 Movimento Olímpico

A existência de um Movimento Desportivo, forte, esclarecido e capaz de criar as condições, não só de acesso à prática desportiva para um cada vez maior número de angolanos, independentemente da sua condição social, como, também, as condições para que qualquer jovem, desde que revele capacidade e vontade para isso, possa evoluir até aos mais altos padrões de prática desportiva a nível internacional, obriga à existência de quadros técnicos devidamente habilitados e motivados que, do ensino ao alto rendimento, possam enquadrar devidamente o desenvolvimento do desporto.

6.11 Organização de Eventos Desportivos

O efeito de ídolo na base da metáfora de Coubertin tem de começar no ensino básico, pelo que o processo de desenvolvimento deve ser conseguido a partir de um quadro competitivo nacional realizado no âmbito do desporto Escolar ao mais alto nível que se processe nas várias modalidades desportivas do programa escolar ao longo do ano lectivo.

O referido programa deve articular-se com o desporto Federado tendo em vista os mais altos padrões de prática que podem chegar aos jogos Olímpicos.

Quadro N° 10 Grandes Eventos Desportivos

	2013	2016	2020	2024	2028	2032	2036	2040	2044
1	Educação Desportiva		→	Jogos Desportivos Escolares		→			
2	Jogos dos Países de Língua Portuguesa								
3	Jogos da Lusofonia		→						
4	Jogos da Juventude Africana			→					
5	Campeonatos Africanos		→						
6	Candidatura Organização dos Jogos Olímpicos da Juventude					→			
7	Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins								
8	Torneios pré Olímpicos					→			
9	Campeonatos do Mundo de Modalidades				→				
10	Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2036								
11	Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2040								
12	Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2044								

6.12 Instalações Desportivas (Projecto de Desenvolvimento)

Angola para se desenvolver desportivamente tem de ter uma rede de infra-estruturas desportivas que, de uma forma eficiente e eficaz cubra as necessidades do País nas suas 18 províncias e as respectivas populações.

Para o efeito é necessário elaborar uma Carta Nacional das Instalações Desportivas /CNID) a fim de que possam ser tomadas as decisões necessárias em matéria de construção de instalações desportivas em cada uma das províncias.

Uma vez que o parque de instalações desportivas deve encontrar-se muito degradado é necessário que uma equipa se desloque às sedes principais a fim de fazer o levantamento e análise da situação desportiva.

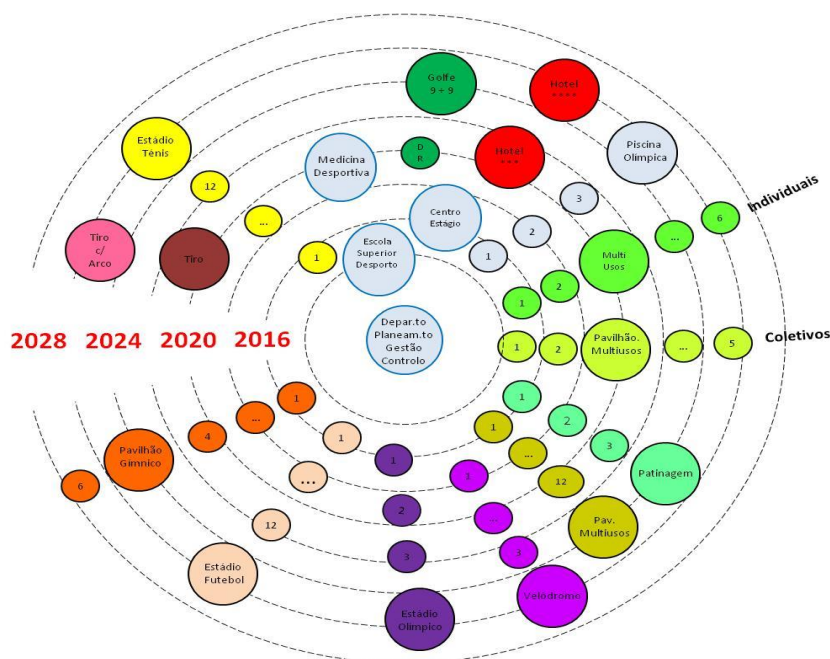
O processo de tomada de decisão deve ter em conta os vários aspectos que vão permitir a elaboração dos processos de tomada de decisão no que diz respeito à construção de instalações desportivas. Assim entre outros aspectos o protocolo do projecto deve considerar:

- População e estrutura etária e sociais;

- Estabelecimentos de ensino;
- Clubes desportivos

Entretanto é de todo conveniente avançar para a construção de um conjunto de infra-estruturas estruturantes – Centro Nacional de Alto Rendimento Desportivo (CNARD) nas cercanias de Luanda com uma área que se prevê que seja de 150 a 200 hectares.

6.12.1 Projectão das Instalações por Modalidades Desportivas



6.12.2 Fases de Implementação do Programa de Instalações

Item	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase
Atletismo	Pista 400m	Pista de Corta Mato	Pista Coberta	Estádio Olímpico
Desportos Coletivos	2 Pavilhões	Pavilhão Multiusos	2 Pavilhões	1 Pavilhões
Desportos Individuais	2 Salas Indoor	2 Salas Indoor	Pavilhão Multiusos	2 Salas Indoor
Futebol	6 Relvados	3 Campos Relvados	3 Campos Relvados	Estádio
Ginástica	2 Ginásio	2 Ginásios	Pavilhão gímico	2 Ginásios
Ciclismo	Circuito	Circuito	Circuito	Velódromo
Piscinas	Piscina de 25 m	Piscina 25 metros	Piscina de 50 m	Piscina Olímpica
Patinagem	Recinto Patinagem	Recinto Patinagem	Pista de Corridas	Pavilhão Patinagem
Ténis	4 Campos	4 Campos	4 Campos	Estádio de Ténis
Polidesportivos	4 Polidesportivos	4 Polidesportivos	4 Polidesportivos	Pavilhão Multiusos
Tiro		Complexo		
Tiro c/ Arco			Complexo	
Golfe		9 Buracos	9 Buracos	Driving Range

7 Conclusões

O presente ensaio formula três perguntas relativamente à situação do desporto angolano: (1ª) Onde é que o desporto angolano se encontra? (2ª) Para onde é que deve ir? (3ª) Como é que pode lá chegar?

Relativamente à primeira questão podemos concluir que hoje a situação do desporto angolano decorre das parcas estruturas provenientes do período colonial agravadas pelas dificuldades de uma prolongada guerra civil. Em consequência a primeira dificuldade com que nos deparámos foi a ausência de dados relativos ao desporto nas várias províncias do País. E não existem dados porque não existem nem estruturas orgânicas nem estruturas humanas preparadas para os recolherem e tratarem. Assim sendo o nosso trabalho suporta-se num conjunto de dados que decorrem das comparações gerais da situação angolana no quadro das demais nações africanas. Daí o termos optado por uma visão geoestratégica do desporto angolano muito embora tenhamos consciência que é necessário avançar para análises de situação mais finas a fim de se poderem tirar conclusões mais sustentadas.

O desporto é um instrumento de importância capital para a construção da nação angolana. Em conformidade a nossa perspectiva é continuarmos a insistir nesta via de estudo que através de uma análise geoestratégica do desporto angolano podermos chamar a atenção para as autoridades competentes da necessidade que a par das demais políticas públicas o desporto também deve merecer um tratamento especial. Em conformidade apresentamos um grande desígnio para o desporto angolano: a realização dos Jogos Olímpicos na cidade de Luanda. Ora a organização de uns Jogos Olímpicos é um projecto para mais de trinta anos. Um projecto deste tipo, e este é talvez o nosso maior contributo com o presente trabalho, pretende-se orientar as grandes decisões que, em matéria de políticas públicas, passariam a guiar o desporto angolano.

BIBLIOGRAFIA

- Agenda 2025 – Angola (2012)
- Amartya Sen (2003) O Desenvolvimento como Liberdade, Lisboa, Gradiva.
- Atlas Desportivo Nacional- Carta das Instalações Artificiais. Direcção-Geral dos Desportos. Actualizada pelo Instituto do Desporto em 1998 - Portugal.
- Bento, Lourenço Memórias de Futebol do meu tempo, Luanda, Merco Editora, 2013
- Bouet, M. (1968) Les Motivations des Sportives, Paris, Editions Universitaires.
- Bouet, Michel (1968) Signification du Sport, Paris, Ed. Universitaires. Carvalho, Melo (1978) Cultura Física e Desenvolvimento, Lisboa, Compendium.
- Castejon Paz, Benito – A Racionalização das Escolhas em Matéria de Política Desportiva, Lisboa, Direcção Geral dos Desportos, 1977
- Chelladurai, P. - Sport Management: Macro Perspectives. London, Ontario: Sports Dynamics, 1987
- Chiavenato, Idalberto (2001) Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro, Elsevier; 2001
- Claeys, Urbain (1982) Le Sport dans la Societe Europeenne Enquete Transnationale sur la Participation et la Motivation, Strasbourg, Conseil de L'Europe, Comité pour le Développement du Sport.
- Constituição da República de Angola, 2010
- Drucker, Peter (1989) Inovação e Gestão-Uma Nova Concepção de Estratégia de Empresa, Lisboa, Biblioteca de Gestão Moderna
- Drucker, Peter (1993) – The Practice of Management. GB, Redwood Press Limited, Melksham, Wiltshire.
- Hodges, Tony Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem, PRINCIPIA, 2002
- Instituto Nacional de Estatística de Angola (Indicadores Nacionais) – Projecções.
- Lopes, Simões (1984) Desenvolvimento Regional, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed..
- Ministério da Juventude e Desportos – Angola (1998) Lei do Desporto 10/98
- Mintzberg, Henry – Estrutura e Dinâmica das Organizações, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995
- Organização da Nações Unidas (2010) Relatório do Desenvolvimento Humano
- Organização das Nações Unidas (2011) Relatório do Desenvolvimento Humano.
- Organização das Nações Unidas (2012) Relatório do Desenvolvimento Humano.
- Perroux, Francois (1981) Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pires Gustavo (2003) Desenvolvimento Organizacional – Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana. Apontamentos de apoio aos mestrados de gestão do desporto.
- Pires, Gustavo (1989) A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português, Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo Português, Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana.
- Pires, Gustavo (1994) Do Jogo ao Desporto, Para Uma Dimensão Organizacional do Conceito de Desporto. Um Projecto Pentadimensional de Geometria Variável. In. Ludens, Lisboa.
- Pires, Gustavo (1996) Desporto e Política, Região Autónoma da Madeira, Editorial “O Desporto Madeira.
- Pociello Ch. (1991) Sports et Société, Approche Socio-Culturelle des Pratiques. Paris, Vigot

- Política Desportiva para o Desenvolvimento do Desporto em Angola (2013) – Ministério da Juventude e Desportos.
- Quivy, Raymond – Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva, 5ª Edição 2008
- Samuelson, Paul – Economia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1981
- Senge Peter (1994) the Fifth Discipline - Strategies and Tools for Building Learning Organisation, London, Nicholas Brealey Publishing Limited.
- Sousa, Elisio Santos, Jogos Tradicionais – Angola, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995

Referências electrónicas:

[http:// www.kenyabrussels.com/index.php?section](http://www.kenyabrussels.com/index.php?section)

[http:// nazret.com/blog/index.php/2008/08/11](http://nazret.com/blog/index.php/2008/08/11)

[http:// www.rcap.pt/results.JSP](http://www.rcap.pt/results.JSP)

[http:// www.minjud.gov.ao/instituicoes/historico](http://www.minjud.gov.ao/instituicoes/historico)

[http:// www.vida1.planetavida.org/paises/angola/o-pais](http://www.vida1.planetavida.org/paises/angola/o-pais)

[http:// www.angola.gov.or.JP](http://www.angola.gov.or.JP)

[http:// www.info-angola.ao.5.breve](http://www.info-angola.ao.5.breve)